

DIÁRIO OFICIAL



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DO POÇO

<http://ba.portaldatransparencia.com.br/prefeitura/varzeadopoco/>



LEI Nº. 09/2015

Em, 19 de junho de 2015.

Dispõe sobre aprovação do PLANO MUNICIPAL DECENAL DE EDUCAÇÃO, para o decênio 2015 - 2025, na forma a seguir especificada, e adota outras providências.

O Prefeito do Município de **VÁRZEA DO POÇO**, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e é sancionada a seguinte lei.

Art. 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Educação do município de Várzea do Poço, para o decênio 2015-2025, constante do documento anexo, que passa a fazer parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A Comissão de Acompanhamento e Avaliação, constante do Plano Municipal Decenal de Educação, realizará avaliações anuais sobre sua aplicação e a necessidade de alterações.

Art. 3º – O Poder Executivo Municipal empenhar-se-á na divulgação do Plano Municipal Decenal de Educação, bem como na progressiva realização de seus objetivos e metas, para que a sociedade varzeapocense conheça e acompanhe sua implementação.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Várzea do Poço, 19 de junho de 2015.

Paulo José Ferreira
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA DO POÇO

SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

2015 A 2025

VÁRZEA DO POÇO – BAHIA

MAIO – 2015

HINO A VÁRZEA DO POÇO

Várzea do Poço
Terra de moço
Valente em busca de paz

Várzea do Poço
És o colosso
Que da tristeza, alegria se faz
Várzea do Poço
Jardim de esperança
Me fez em criança
Sonhar pra viver
Várzea do Poço
Sertão da Bahia
Cidade alegria
Pra se amar e querer

A riqueza do teu solo é uma beleza
Que a rainha natureza
Faz crescer, crescer do chão
O arroz, o milho, o feijão,
A batata, a mandioca, a cebola, o agrião

Todo o tipo de fruta tropical
Leite de cabra e de vaca pra fazer requeijão
O teu solo é banhado
Com água doce sem poluição
Do rio Jacuípe /BIS
Uma das riquezas do meu sertão /BIS

Autor: Dinho Jacobina

PREFEITO MUNICIPAL

PAULO JOSÉ FERREIRA

VICE-PREFEITO

VALDEMIR SOUSA ARAÚJO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

PAULA LUCIANA SAMPAIO DOS SANTOS SILVA

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA:

CRISTIANE OLIVEIRA SANTOS LEME

EDINAIDE SOARES ALVES SUZART

EDINÁLIA SOUZA RIOS OLIVEIRA

EDNA REIS OLIVEIRA SOUSA

ELIDA SIQUEIRA DE ALBUQUERQUE

ELIZELMA SANTOS DA SILVA SOUSA

ELIZELMA GOMES DE OLIVEIRA

EMERSON FERNANDO DE JESUS

IVONEIDE DE SOUSA RIOS

JAQUELINE FERREIRA FREITAS

KATIANE RAMOS MOTA

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PME DE VÁRZEA DO POÇO

COORDENADORA DA EQUIPE MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO DO PME:

PAULA LUCIANA SAMPAIO DOS SANTOS SILVA

COMISSÃO COLABORATIVA:

ANA PAULA DA CUNHA OLIVEIRA - PRESIDENTE DO CONSELHO DO FUNDEB
CHARLES MAYCON OLIVEIRA MOTA - REPRESENTANTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
PAULA LUCIANA S. DOS SANTOS SILVA - SEC. MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
REGINA CÉLIA SILVA - REPRESENTANTE DA EQUIPE TECNICA DA SME

COMISSÃO REPRESENTATIVA:

ALEANDRO OLIVEIRA DA PAIXÃO - PODER LEGISLATIVO
ANDRESSA SANTOS PINHO - ASSOCIAÇÃO EDUCATIVA
CRISTIANE SOUZA DE ALMEIDA - REDE PRIVADA
CÍNTIA ROSA ALVES SILVA - PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
CLAUDEMIR ARAÚJO SANTOS - ENSINO MÉDIO
CRISTIANE OLIVEIRA SANTOS LEME - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
EDINAIDE ALVES SUZART - EDUCAÇÃO INFANTIL
EDINÁLIA SOUZA RIOS OLIVEIRA – ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA
EDNA REIS OLIVEIRA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ELIZELMA SANTOS DA SILVA SOUSA - EDUCAÇÃO SUPERIOR
JACIARA TRINDADE LIMA - EDUCAÇÃO ESPECIAL
NEUZA MARIA BERNABÉ DE ALMEIDA FREITAS - DIRETORES

APOIO TÉCNICO:

SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – PROAN
MOACIR FREITAS BORGES - COORDENADOR
MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES CORREA - FORMADORA

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 01 – Praça Edvaldo Valois/Monumento Histórico	11
FIGURA 02 – Praça Edvaldo Valois.....	12
FIGURA 03 – Mapa Regional/Territorial.....	14
FIGURA 04 – Estudo sobre Extração de Minério.....	23
FIGURA 05 – Estudo sobre os Impactos Ambientais.....	24
FIGURAS 06 – Reflorestamento em Área Devastada – Alunos e Educadores do Instituto Educacional São Francisco de Assis.....	24
FIGURA 07 – Reflorestamento em Área Devastada – Alunos e Educadores do Instituto Educacional São Francisco de Assis.....	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População total por Gênero, Rural/Urbana e taxa de urbanização – Várzea do Poço.....	17
Tabela 02. Informação sobre o Município de Várzea do Poço: População/Faixa etária.....	17
Tabela 03. Estabelecimento de saúde por tipo e localização.....	18
Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	19
Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000, 2010.....	21
Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização, 2010-2013.....	28
Tabela 07. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Várzea do Poço, por idade e série. Rede municipal, 2013.....	30
Tabela 08. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização, 2010 a 2013.....	32
Tabela 09. Taxa de aprovação e reprovação do Ensino Fundamental na rede municipal do Município de Várzea do Poço, por série - 2008 a 2010.	33
Tabela 10. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização 2011/2013.....	36
Tabela 11. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Municipal / Rede Estadual.....	37
Tabela 12. Matrículas da Educação Especial no Município de Várzea do Poço em 2014.....	39
Tabela 13. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013.....	45
Tabela 14. Quadro de Proficiência.....	47
Tabela 15. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal.....	56

Tabela 16. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013.....	57
Tabela 17. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013.....	59
Tabela 18. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual.....	59
Tabela 19. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Municipal.....	60
Tabela 20. Outras receitas com o setor educacional do município de Várzea do Poço, administradas pela prefeitura (2012/2014).....	62
Tabela 21. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Várzea do Poço, por nível ou modalidade de ensino (2012/2014).....	62
Tabela 22. Despesas com educação do município X por categoria e elemento de despesa (2012/2014).....	63
Tabela 23. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município de Várzea do Poço em (2012/2014).....	64
Tabela 24. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$)..	64
Tabela 25. Recursos da Educação no PPA (2010/2013).....	64

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO.....	11
2.1	ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO.....	11
2.1.1	Caracterização do Município.....	11
2.1.1.1	<i>Aspectos Históricos.....</i>	<i>11</i>
2.1.1.2	<i>Aspectos Geográficos.....</i>	<i>14</i>
2.1.1.3	<i>Aspectos Demográficos.....</i>	<i>15</i>
2.1.1.4	<i>Aspectos Socioeconômicos.....</i>	<i>19</i>
2.1.1.5	<i>Aspectos Culturais.....</i>	<i>21</i>
2.1.1.6	<i>Infraestrutura Material.....</i>	<i>22</i>
2.2	ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO.....	23
2.2.1	Níveis da Educação: Educação Básica e Superior.....	26
2.2.1.1	<i>Etapas da Educação Básica.....</i>	<i>26</i>
2.2.1.2	<i>Educação Infantil.....</i>	<i>26</i>
2.2.1.3	<i>Ensino Fundamental.....</i>	<i>29</i>
2.2.1.4	<i>Ensino Médio.....</i>	<i>35</i>
2.3	MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS.....	37
2.3.1	Educação Especial.....	37
2.3.2	Política de Alfabetização.....	42
2.3.3	Educação em Tempo Integral.....	44
2.3.4	Qualidade da Educação Básica.....	45
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA).....	49
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio.....	51

2.4	EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	52
2.4.1	Ensino Superior.....	52
2.5	VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....	55
2.6	GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....	61
2.7	RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO	61
2.7.1	Investimento Público em Educação.....	61
3	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	66
3.1	DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....	66
4	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....	83
5	COLABORADORES.....	84
6	REFERÊNCIAS.....	87

1 INTRODUÇÃO

A construção do Plano Municipal de Educação significa um grande avanço por se tratar de um momento de planejamento conjunto do governo com a sociedade civil para a elaboração da política educacional do município. Nesse prisma, traz a superação de uma prática tão comum na educação brasileira: recomençar a história da educação, desconsiderando as boas práticas educacionais por não ser de sua iniciativa.

Nesse sentido, o Plano Municipal de Educação representa o esforço conjunto realizado pelos diversos segmentos do município, visando sintetizar um conjunto de perspectivas que assumidas pelo poder público, garantirá o princípio da educação como direito de todos, como processo de inclusão social e de indução ao desenvolvimento econômico, social e cultural, concebendo assim a escolarização como um direito do cidadão e um patrimônio da sociedade.

O Plano Municipal de Educação constituindo-se num documento previsto pela Lei Federal nº 10.172/2001, no seu artigo 2º, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96, pelo Plano Estadual de Educação do Estado da Bahia Lei nº 10.330/2006, no seu artigo 2º e pelo Plano de Metas Compromisso Todos Pela Educação, decreto nº 6.094/2007, transforma-se em muito mais que um plano de governo, mas num plano de município que estabelece as políticas públicas educacionais definidas conjuntamente pelo Poder Público e pela sociedade civil para um prazo de dez anos.

Trata-se do primeiro Plano Municipal de Educação de Várzea do Poço, elaborado em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases, Plano Estadual de Educação e Plano Nacional de Educação. Instrumento definido em função das políticas públicas que queremos implementar, da legislação que lhe dá suporte e das condições humanas, materiais e financeiras à disposição da sociedade varzeapocense, sendo portanto, o norteador da política educacional do município para os próximos dez anos.

10

A elaboração deste Plano, objetiva atender gradativamente as necessidades educacionais da população, propondo a melhoria da qualidade do ensino em todos os níveis; a redução das desigualdades sociais no tocante ao acesso e a permanência com sucesso na escola, visando uma educação efetivamente inclusiva.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

2.1.1 Caracterização do Município

O município de Várzea do Poço está situado no semiárido nordestino, 13ª microrregião de Jacobina e na mesorregião do centro norte baiano, no Território de Identidade Bacia do Jacuípe. Várzea do Poço apresenta-se como município eminentemente rural, visto que a agricultura e na pecuária são bases fortes de referência na constituição da economia local, onde se constata que 31,16% da população vive no campo, além disso, mesmo as pessoas que vivem na cidade, boa parte tem vínculo com o meio rural e expressam suas culturas e tradições. Aspectos esses considerados de suma importância para a elaboração das políticas públicas, dentre as quais, destacamos a política pública educacional.

2.2.1.1 Aspectos Históricos

FIGURA 01

Praça Edvaldo Valois / Monumento Histórico



Fonte: Arquivo SME

12

A cidade de Várzea do Poço foi fundada nos terrenos de uma fazenda à 42 Km próxima a cidade de Miguel Calmon, que pertencia ao Senhor Joaquim Pemba, nesse mesmo terreno existia uma lagoa que deram o nome de “Várzea” (campina cultivada). Com o passar dos anos foram chegando pessoas de outras localidades, a procura de terras para desbravá-las. Mais tarde, depois do desbravamento na mesma localidade já denominada Várzea, surge o respectivo “Poço” (cavidade que tem água), daí ficou conhecida como Várzea do Poço.

A partir de então foram multiplicando as condições na fazenda, em setembro de 1920 Felipe Cassiano (Pai de Juvenal Cerqueira Sampaio) e Afrânio edificaram as primeiras residências, em seguida Joaquim Pemba, sua família e outros, foram construindo mais casas. A primeira casa construída em Várzea do Poço esta localizada na Praça Edvaldo Valois. O tempo passa, foram cedidos terrenos por Felipe Cassiano e Joaquim Pemba para os que quisessem se estabelecer.

FIGURA 02**Praça Edivaldo Valois****Fonte: Arquivo SME**

13

Terrenos como o da Praça Edvaldo Valois (praça principal da cidade), onde foi construída a primeira igreja, que até hoje é usada para celebrações e muitos outros foram cedidos por eles. Muitos contribuíram para o aglomerado humano, era o arraial que se formava, cheio de esperança no futuro. Como de costume a própria iniciativa antecipava-se ao poder público, sem nenhum planejamento, porém livre e espontânea.

A disciplina a técnica, o alinhamento, o urbanismo que viessem depois. Mas o que era importante – a localidade crescia como um comércio ainda insipiente construído mais de casas de pau-a-pique, ranchos e pequenas vendas que revendiam aguardente e até mesmo atendiam viajantes. As notícias iam espalhando-se trazendo retirantes de outras localidades para o povoado que se formava. Com o crescimento da população aconteceu a primeira feira livre em 1929. O primeiro caminhão Ford a gasolina foi adquirido em 1929, através de uma sociedade entre os senhores Dabê, Antonio Raimundo e Louzinho.

No arraial o atendimento médico era muito difícil, de vez em quando o Doutor Paiva de Riachão do Jacuípe vinha prestar atendimento à comunidade, seus serviços eram substituídos pelo farmacêutico Ariosto e pela parteira Valeriana que ajudava as mulheres na hora do parto.

Pensando em atender as necessidades educacionais da população, foi construída a primeira escola que oferecia apenas o ensino primário. As primeiras professoras foram Ênia e Crecina. Logo em seguida surgiram também os meios de comunicações. No período de 1942, a “Sociedade Cultural de Campo Alegre” com a cooperação de todos, organizaram um serviço de alto-falante tendo como primeiro locutor, Valdomiro Ramos. O alto-falante modificou a vida de muitos moradores da época; o estúdio servia como salão de festa.

Em 1948 foi realizado o primeiro carnaval no depósito do farmacêutico Ariosto Soares, onde todos compareceram fantasiados. Com todos esses festejos, Várzea do Poço foi crescendo, resolveram então mudar o seu nome para “Nova Floresta”, esse durou pouco tempo, encontraram outro nome o de “Campo Alegre”, esse durou aproximadamente 4 a 5 anos. Tudo isso foi suficiente para que as autoridades da época

14

pela Lei Estadual nº 628 de 20/12/1953 elevasse o arraial a povoado de Campo Alegre e elevado à categoria de cidade em 1962, desmembrando do município de Miguel Calmon com a denominação de Várzea do Poço, com uma população estimada de 1.000 habitantes. Na mesma época, Várzea do Poço começou a expandir-se no setor comercial, foi servida pela Farmácia São Roque que prestou importantes serviços a comunidade, foi surgindo também às padarias e outros estabelecimentos comerciais. A agricultura baseava-se na mamona, mandioca, milho, feijão, sisal e licuri e esses produtos eram exportados. A criação de bovinos era fonte de renda na pecuária.

Com o crescimento do povoada, chegaram à conclusão da necessidade de ter um administrador, para que fosse o legítimo representante do povo e concluir suas reivindicações. Surge o primeiro candidato único ao cargo de prefeito, Antonio Lopes Filho. Em 1962 é empossado o primeiro prefeito eleito pela Aliança Renovadora Nacional - ARENA.

Mandatos:

Antonio Lopes Filho	1963 a 1967
Juvenal Cerqueira Sampaio	1968 a 1971
José Andrade de Almeida	1972 a 1973
Ednaldo Cerqueira Lima	1974 a 1977
Juvenal Cerqueira Sampaio	1978 a 1983
Antonio Carneiro Oliveira	1984 a 1988
Terêncio de Carvalho Lopes	1989 a 1992
Antonio Carneiro Oliveira	1993 a 1996
Terêncio de Carvalho Lopes	1997 a 2000
Cezar Augusto Nunes de Oliveira	2001 a 2008
Paulo José Ferreira	2009 a 2016

2.1.1.2 Aspectos Geográficos

FIGURA 03**Mapa Regional / Territorial****Fonte: Cartilha da CEET – SEPLAN – BA**

Várzea do Poço está localizada no semiárido nordestino, na mesorregião do centro norte baiano no território da Bacia do Jacuípe, com 331 km distantes da capital. Possui quatro povoados – Nova Esperança, Barra Nova, Itapoan e Itepemirim. É abastecido pelo Rio Jacuípe e possui duas aguadas públicas, porém apenas uma pode ser utilizada para o consumo visto que a outra é poluída.

O acesso ao município é através da BA-417, da BR-324 e das estradas vicinais, o CEP é 44715-000, voltagem 220, DDD 074. Possui uma área de 207,62 km², limitando-se com os municípios de Serrolândia, Mairi, Piritiba, Miguel Calmon e Várzea da Roça.

Tem o Código do município no IBGE de número 2933109, o gentílico de varzeapocense e está inserida nas folhas cartográficas de Caldeirão Grande (SC.24–Y–D–IV), editada pelo MINTER/SUDENE, em 1977 na escala 1:100.000.

16

A geologia do Município de Várzea do Poço é constituída essencialmente por rochas cristalinas representadas pelo complexo de Saúde, complexo Mairi, além do greenstone belt de Mundo Novo. Coberturas detrítico-lateríticas ocorrem na porção nordeste, sendo constituídas por areias com níveis de argila e cascalho e crosta laterítica.

De acordo as informações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) o clima do município é o Semiárido. Segundo classificação de Thornthwait & Matther a zona climática na qual está inserido o município de Várzea do Poço é a DdA'. Essa zona ocupa grande faixa do Estado da Bahia e é caracterizada por apresentar um clima do tipo semiárido com precipitação média anual de 688,5 mm, onde a temperatura média anual atinge os 24,3°C.

O município está inserido em duas bacias hidrográficas: Bacia Hidrográfica do Itapicuru e Bacia Hidrográfica do Paraguaçu. Sendo que, grande parte da área municipal está inserida na Bacia do Itapicuru, mais precisamente na região denominada de Alto Itapicuru (SRH, 1995). No centro sul da área municipal ocorre um divisor de águas que limita as drenagens que correm para a bacia do Itapicuru daquelas que fluem para a bacia do Rio Jacuípe (sub-bacia do Rio Paraguaçu).

A vegetação predominante é a caatinga, pouco conhecida em sua diversidade de espécies de plantas arbustivas e arbóreas, as quais em sua grande maioria ficam vulneráveis no período estiagens, porém, têm a capacidade, como defesa natural, de perder todas suas folhagens na ausência das chuvas para reduzir os riscos de desidratação. Na fauna, destaca-se a diversidade de espécies classificadas entre os anfíbios, répteis, aves e mamíferos.

2.1.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE de 2010, o setor primário do Município de Várzea do Poço lidera com maior número de pessoas ocupadas, 1.684 pessoas, correspondendo a 46% de todo o pessoal ocupado. O setor terciário vem em segundo lugar com 1.560 pessoas ocupadas (43,36%) e o setor secundário aparece em último lugar com 354 pessoas ocupadas (9,48%).

17

Tabela 01. População total por Gênero, Rural/Urbana e taxa de urbanização – Várzea do Poço.

População	População 1991	% do Total 1991	População 2000	% do Total 2000	População 2010	% do Total 2010
População total	8.385	100,00	7.311	100,00	8.661	100,00
Homens	4.107	48,98	3.634	49,71	4.355	50,28
Mulheres	4.279	51,03	3.677	50,29	4.306	49,72
Urbana	4.276	51,00	5.034	68,86	5.789	66,84
Rural	4.109	49,00	2.277	31,14	2.872	33,16
Taxa de urbanização	-	51,00	-	68,86	-	66,84

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013

De acordo com os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil/2013, em 2010, Várzea do Poço possuía uma população de 8.661 habitantes, distribuídos em 5.789 na zona urbana e 2.872 na zona rural. Observando o gráfico acima, nota-se uma queda na população entre os anos de 1991 e 2000, mas também um aumento nessa mesma população no período de 2000 a 2010. A tabela constata também um aumento na taxa de urbanização entre os anos de 1991 e 2011, o que significa diminuição da população residente na zona rural. Em relação a gênero, percebe-se que entre os anos de 1991 e 2000 a população maior foi de mulheres chegando ao índice de 50,29% em 2000, já e entre os anos de 2000 a 2010, essa taxa foi liderada pela população masculina chegando a 50,28% em 2010.

Tabela 02. Informação sobre o Município de Várzea do Poço: População/Faixa etária

População(1) (Localização/Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 Anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
	2000	298	176	863	359	612	619	1.836	4.763

18

URBANA	2007	333	176	871	354	788	800	2.243	5.565
	2010	332	163	847	340	737	913	2.457	5.789
RURAL	2000	185	103	668	235	310	363	888	2.752
	2007	182	92	442	185	405	444	1.179	2.929
	2010	155	89	409	155	350	418	1.296	2.872
TOTAL	2000	483	279	1.531	594	922	982	2.724	7.515
	2007	515	268	1.313	539	1.193	1.244	3.422	8.494
	2010	487	252	1.256	495	1.087	1.331	3.753	8.661
PIB(2)	IDH(3)	IDI(4)	TAXA DE ANALFABETISMO(5)						
28.764	0.67	0.48	POPULAÇÃO DE 10 A 15 ANOS		POPULAÇÃO DE 15 ANOS OU MAIS				
			11.00		27.10				

Fonte: (1) IBGE - CENSO 2000 E 2010 e Contagem 2007; (2) IBGE - 2008, A preços correntes (1 000 R\$); (3) Índice de Desenvolvimento Humano - PNUD - 2000; (4) Índice de Desenvolvimento da Infância - Unicef - 2004; (5) IBGE - Censo Demográfico de 2000

Na tabela 2, destaca que a maioria da população encontra-se na faixa etária acima de 35 anos, fator importante para a definição de ações que contemplem essa faixa etária. Outro fator que demanda atenção é o índice elevado de analfabetismo, tanto na população de 10 a 15 anos, quanto na população maior de 15 anos.

Tabela 03. Estabelecimento de saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimento de saúde					
		Posto de saúde	Centro de Saúde	Unidade Mista	Pronto Socorro	Hospital	Outros
Urbana	03	0	02	0	0	01	-----
Rural	02	01	01	0	0	0	-----

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2014)

O município conta com 5 estabelecimentos de saúde e estão distribuído de forma a contemplar toda a população, sendo especificamente dividido entre área urbana – 2

centros de saúde e 1 hospital - e área rural - 1 posto de saúde e um centro de saúde, mais 1 centro de saúde em construção na área rural. Neste sentido, pode-se enfatizar que o acompanhamento às pessoas acontece de modo, que se possa atender a uma política de prevenção.

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

A agricultura assume um papel relevante importância na composição da economia local, tendo destaque a agricultura familiar por ocupar a grande maioria da força do trabalho, caracterizando-se pela predominância de culturas de subsistência, com destaque para a mandioca, milho, feijão, andu, mangalô, batata doce sob o sistema de sequeiro, onde o suprimento de água se dá naturalmente na época de chuva. Diante da implementação de ações de convivência com o semiárido, foram instalados diversos sistemas de captação de água a exemplo das cisternas de calçadão, barreiros, barragens subterrâneas, cisternas para o consumo humano, dentre outras. Dessa forma, as famílias beneficiárias são orientadas e motivadas a produzirem, frutas, verduras e hortaliças para o consumo familiar e para a complementação da renda. Entre as culturas permanentes destaca-se o caju, a pinha, o umbu e o maracujá de origem nativa. Além desses itens, destacam-se com itens importantes na constituição da economia, a pecuária através da bovinocultura, suinocultura, caprinocultura, apicultura e avicultura. Destaca-se ainda a produção artesanal de doces, biscoitos, polpa de frutas, casas comerciais, postos bancários, serviços públicos, os benefícios do INSS e dos Programas sociais, além do artesanato e da confecção de trabalhos manuais em peças de crochê, pinturas, confecção de bonecas, confecção de roupas etc.

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

INDICADOR	INDICADORES DE RENDA E POBREZA (TAXA)		
	1991	2000	2010
IDH MUNICIPAL	0,191	0,308	0,540

20

RENDA PER CAPTA	87,62	116,86	296,74
PROPORÇÃO DE POBRES	87,28	69,90	39,06
ÍNDICE DE GINI	0,44	0,54	0,48

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, acesso em 16 de janeiro de 2014

Diante dos dados expostos na tabela, podemos contemplar os indicadores de renda e pobreza tendo como indicadores o IDH municipal, renda per capita, proporções de pobres e índice de GINI, tomando como base as taxas calculadas nos anos de 1991, 2000 e 2010, assim fica claro que os recortes de tempo se restringem a decênios.

Considerando tais aspectos, nota-se que a evolução do IDH de 1991 a 2000 foi de 0,117 e de 2000 a 2010 foi de 0,232, dessa maneira, compreendemos que o IDH teve um aumento considerável entre os anos 2000 e 2010. A renda per capita teve uma evolução de 29,24 entre 1991 e 2000, já entre 2000 e 2010 o aumento foi de 126,65. Então a renda per capita também teve uma maior evolução em sua taxa entre os anos de 2000 e 2010. No indicador “proporção de pobre” fica bem visível a queda da taxa em que temos entre 1999 e 2000 a diminuição de 17,38 pontos e entre os anos de 2000 e 2010 a queda de 30,84 pontos, uma diminuição significativa entre os anos de 2000 e 2010. Já no indicador GINI pode-se contemplar entre os anos de 1991 e 2000 o aumento da taxa em 0,10 pontos e entre os anos de 2000 e 2010 a queda de 0,6 na taxa.

Logo, é notório que o indicador “renda per capita” foi o que teve a maior elevação no município, outro indicador que pode ser destacado é o “GINI” que teve uma elevação e uma queda se considerarmos os anos de 1991 e 2010. Com os dados apresentados no índice de GINI, percebe-se que houve aumento da desigualdade, ou seja, mesmo tendo aumentado a renda per capita, essa renda pode estar concentrada em apenas uma parte da população.

21

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, períodos 1991, 2000, 2010

INDICADORES	INDICES		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,191	0,308	0,540
Educação	0,031	0,104	0,371
Longevidade	0,586	0,649	0,771
Renda	0,385	0,431	0,549

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano, acesso em 16 de janeiro de 2014

Na tabela acima são apresentados os indicadores: “Índice de Desenvolvimento Humano Municipal”; “Educação”; “Longevidade” e; “Renda”. Estes nos mostram o desenvolvimento humano nos períodos de 1991, 2000 e 2010. Assim podemos contemplar a evolução das taxas em cada indicador.

Desse modo, fica visível que a evolução no Índice de Desenvolvimento Humano Municipal entre os anos de 1991 e 2000 foi de 0,117, entre os anos de 2000 e 2010 tivemos uma elevação de 0,232. No indicador “Educação” notamos que entre os anos de 1991 e 2000 teve-se um aumento de 0,073, já entre os anos de 2000 e 2010 foi de 0,267 pontos. Para o indicador “Longevidade” temos entre os anos de 1999 e 2000 um aumento de 0,063, entre os anos de 2000 e 2010 a elevação foi de 0,122 pontos. Já no indicador “Renda” notamos que entre os anos de 1991 e 2000 houve uma evolução de 0,046 e entre os anos de 2000 e 2010 o aumento foi de 0,118 pontos.

Diante do exposto, fica nítido que todos os indicadores tiveram uma maior elevação em suas taxas no período de 2000 a 2010. Sendo assim, podemos enfatizar que o indicador “Educação” foi o que teve uma elevação bem significativa em comparação ao demais indicadores.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

As características culturais estão compreendidas em festas de reis, carnaval festejos juninos, semanas culturais, cavalgadas, vaquejadas, festas de padroeiros, feira livre,

22

bandas de pífanos, grupos de sambadores, bandas, grupos musicais, poetas, cantores e compositores a exemplo de Jacobina compositor da música Uirapuru conhecida nacional e internacionalmente. Dentre as festas culturais, destaca-se o Carnaval como a mais importante festa do município, a qual além de manter as tradições, dos blocos, a lavagem da praça com a participação das baianas, o trio tapa-jegue, bumba-meu-boi e mulinha. Além dessas tradições e da valorização dos artistas e bandas locais e regionais a festa vem sendo inovada também com atrações de renome, atraindo sempre muitos turistas, e possibilitando o retorno de filhos da terra que residem em outras cidades e estados e que retornam ao município nesse período para se divertirem e reverem parentes e amigos.

O município também possui outros espaços culturais, a exemplo de estádios, clubes, quadras poliesportivas, praças, jardins quiosque, etc. Dentre os feriados municipais, destaca-se 30 de julho – Aniversário de Emancipação Política do Município, 04 de outubro – Dia do Padroeiro São Francisco de Assis, 24 de maio – Dia do Cigano e 31 de outubro – Dia do Evangélico.

O município conta com uma diversidade de espaços de propagação e desenvolvimento da cultura, tais como praças, clubes, igrejas, ginásio de esportes, escolas dentre outros, como também com riquíssimas manifestações culturais.

2.1.1.6 Infraestrutura Material

O serviço de Abastecimento de Água é feito pela Empresa Baiana de Água e Saneamento – EMBASA, a energia elétrica é fornecida pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia – COELBA. O município não conta com o serviço de transporte coletivo, a mobilidade urbana é feita em veículos particulares. Conta com três linhas de ônibus das empresas, Águia Branca e São Luiz, as quais permitem o acesso a outras cidades e a capital do estado. Conta com uma Rádio Comunitária e com o serviço de som da prefeitura municipal além do acesso a Rede Mundial de Computadores – Internet. As habitações são casas e sobrados e conta com cinco conjuntos habitacionais construídos através de programas sociais.

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

A Secretaria Municipal da Educação desenvolve uma proposta de Educação contextualizada, baseada na metodologia de Paulo Freire, através da ação-reflexão-ação que tem por base a valorização a realidade local como ponto de partida, através do Projeto “A educação que a gente quer, do jeito que a gente é”. Esse projeto foi implantado inicialmente apenas nas escolas do campo. Como a proposta já vinha alcançando resultados muito positivos, e por atender nas escolas urbana um grande número de alunos do campo se percebeu, portanto, a necessidade de ampliação da abrangência, sendo implementado também nas escolas da sede, contemplando assim, todas as escolas municipais. Nesse sentido, o processo de Formação dos educadores vem sendo proporcionado de forma lúdica, diferenciado e acima de tudo prazeroso, se trata de uma proposta baseada na metodologia de Paulo Freire, que preconiza a valorização da realidade local como ponto de partida para a aprendizagem significativa, motivando-os para o exercício da cidadania.

FIGURA 04

Estudos sobre a Extração de Minério



Fonte: Secretaria Municipal da Educação

FIGURA 05**Estudos sobre os Impactos Ambientais****Fonte: Secretaria Municipal da Educação**

Sendo assim, o processo de sensibilização de educadores/as para o desenvolvimento de metodologias inovadoras e interdisciplinar, vem sendo feito de forma contínua e gradativa. Ainda percebe-se resistências de alguns educadores na implementação da proposta, mas já são visíveis as mudanças e conquistas alcançadas ao longo desse período, tanto por parte dos educadores quanto por parte dos educandos. Dentre os temas que vem sendo trabalhados, se destaca as temáticas relacionadas à Educação Ambiental, as quais além de possibilitar a construção do conhecimento relacionado à realidade promove mudança de atitude e atuação cidadã dos educandos, educadores e consequentemente da própria comunidade.

FIGURA 06**Reflorestamento em Área Devastada – Alunos e Educadores do Instituto Educacional São Francisco de Assis****Fonte: Secretaria Municipal da Educação**

25

FIGURA 07

Reflorestamento em Área Devastada – Alunos e Educadores do Instituto Educacional São Francisco de Assis

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

Dessa forma, o trabalho desenvolvido vem estimulando educandos e educadores a utilizarem a pesquisa em campo como importante instrumento de construção do processo de aprendizagem, como também utilizarem materiais pedagógicos disponíveis no meio rural para tornar as aulas mais atrativas e instigantes levando-os a refletirem sobre suas atitudes perante a comunidade, como também sobre os seus direitos e deveres, desenvolvendo assim o senso crítico, necessário à construção da cidadania.

Em 2005, essa experiência foi reconhecida pela Cáritas Brasileira através do Documentário “**Vídeo-Cartas no Semi-árido**”, como experiência exitosa de Educação para o Semiárido. Essa proposta de educação contextualizada tem como objetivo principal o reconhecimento da memória popular como instrumento de transmissão do saber através das sucessivas gerações, como também a valorização das vivências e experiências produzidas com a cultura do semi-árido nordestino, levando em consideração as questões ambientais, transformando assim, tais elementos em instrumentos de estudo.

2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior

Para atender a demanda da Educação básica município conta atualmente com 12 escolas das redes municipal, estadual e privada: sendo 08 escolas localizadas na zona urbana e 04 escolas com 04 anexos localizadas na zona rural distribuídas da seguinte forma: zona rural em 01 escola de Educação Infantil e 02 escolas de ensino integrado (Educação Infantil e Ensino Fundamental), com 04 turmas multisseriadas, as quais funcionam como anexos, atendendo as modalidades de creche (alunos de 02 e 03 anos), pré-escola (04 e 05 anos) e Ensino Fundamental.

Na zona urbana o atendimento é feito em 02 Escolas Municipal de Educação Infantil, as quais atendem as modalidades de creche e pré-escola; 02 escolas municipais do Ensino Fundamental – séries iniciais e 01 escola municipal do Ensino Fundamental – séries finais, 01 escola estadual – Ensino Médio 02 escolas da rede privadas, as quais oferecem educação Infantil e Ensino Fundamental. Conta também com o serviço de duas entidades privadas de Ensino Superior, as quais oferecem cursos de graduação e especializações.

Até o ano de 2014, o município ofereceu curso Pré-vestibular em parceria com a Universidade do Estado da Bahia, atualmente, devido ao atraso de pagamento das bolsas aos professores monitores, a parceria foi interrompida, visto que o município não tem a dominialidade para a resolução do problema que por esse fator e pela má gestão das ações a nível estadual gera desestímulo a estudantes e monitores.

2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

A Educação Básica é oferecida nas etapas de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

2.2.1.2 Educação Infantil

Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da Educação Básica e diante da importância do atendimento dessa modalidade para o desenvolvimento cognitivo e social da criança, a procura por matrícula tem crescido a cada ano, aumentando assim

27

a demanda do município, principalmente para atender ao público de 0 a 2 anos. Os estabelecimentos já existentes possuem boa estrutura, porém algumas dessas estruturas não contemplam os espaços necessários para o atendimento a Educação Infantil, porém são todas bem conservadas e possuem mobiliário adequado.

O município conta atualmente com uma população de 690 crianças de 0 a 05. Já atende 31,3% das crianças de 0 a 3 anos e 98,1% das crianças de 4 e 5 anos, em turmas de educação infantil nas escolas públicas e particulares, apresentando portanto, demanda de vagas principalmente para atendimento na modalidade creche.

Os principais problemas encontrados atualmente na Educação Infantil é a falta de espaço físico adequado para o atendimento ao público de 0 a 02 anos, visto que apesar de já contar com uma Unidade bem estruturada financiada Pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em pleno funcionamento o espaço ainda não é suficiente para atender a toda a demanda do município, o que demonstra a necessidade de estruturação de mais uma unidade de grande porte na sede do município e 01 unidade de pequeno ou médio porte para atender aos povoados de Barra Nova, Nova Esperança e adjacências, visto que os demais povoados não apresentam no momento demanda suficiente para a implantação de novas unidades, demandando apenas a adequação dos espaços já existentes. Dessa forma, compreende-se que a população na faixa etária de creche ainda não é atendida na sua totalidade, e vem se planejando, através de construção e adequação dos espaços de Educação infantil para garantir a universalização dessa modalidade.

O levantamento da demanda por creche é feito através da análise de dados do IBGE e dos cadastros realizados pelas Secretarias Municipais de Saúde e de Assistência Social e o município estimula o acesso a Educação em tempo integral para todas as crianças de até 05 anos atendidas na sede do município, fomenta o atendimento dessa modalidade no campo, estrutura os espaços, respeita o número de vagas por turma, porém o atendimento nas turmas das escolas da zona rural ainda está sendo feito apenas em tempo parcial. Porém, já foi detectada a necessidade de atendimento dessa modalidade em tempo integral nas unidades onde ainda não é oferecida, contemplando portanto a demanda da zona rural. As vagas são oferecidas respeitando as normas de

28

acessibilidade e adequação de mobiliários para os educandos com deficiência e transtornos.

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Infantil e As Diretrizes Nacionais da Educação Infantil são os documentos base utilizados para a orientação da proposta curricular. O município promove incentivo para a formação inicial e continuada, sendo que a grande maioria dos educadores já possui ou estão concluindo a graduação. Dentre os quais a grande maioria concluiu ou estão concluindo a graduação na área de pedagogia. Sendo assim, além da formação inicial, da orientação e do acompanhamento que o município já oferece para esses profissionais, existe também a demanda por cursos especialização em educação infantil, os quais poderão ser oferecidos em parceria com as universidades públicas através do Programa Nacional de Formação de Professores.

Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização, 2010-2013.

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	189	121	-	-	74	-	501
2011	189	117	-	-	33	-	339
2012	208	117	-	-	71	-	396
2013	205	74	-	-	70	-	349

Fonte: INEP/MEC

Conforme mostra a tabela, houve um aumento de 28% nas matrículas da educação infantil entre os anos de 2010 e 2013. Além dos dados apresentados, a demanda de vagas para atender, principalmente ao público de 0 a 2 anos, emerge ampliação do atendimento a esse público, motivo pelo qual o município tem ampliado o investimento e buscado parceria com as esferas estadual e federal para a construção de novas escolas e adequação dos espaços já existentes.

29

2.2.1.3 Ensino Fundamental

Conforme prevê os princípios da Educação Nacional descritos na lei 9394/96, que estabelecem obrigatoriedade e gratuidade do ensino público no âmbito municipal, estadual e federal, visando sempre a formação básica do cidadão, o município dispõe de vagas suficientes para atender a demanda do Ensino Fundamental. O espaço escolar é um meio de socialização da refletida multiplicidade de sujeitos que trazem consigo inúmeros eventos sociais previamente vivenciados. Assim, a escola não pode estar isolada do contexto social em que a permeia. Portanto, a ela se faz também através de ações que ajudem nessa integração escola/sociedade.

No município são realizadas várias ações e eventos culturais com o intuito de promover a relação das escolas com instituições de difusão cultural, a fim de garantir a oferta regular de atividades dentro e fora dos espaços escolares, dentre as quais podemos destacar: festas juninas, desfiles culturais e desfile da primavera, gincanas interdisciplinares, jogos estudantis, aula campo, atividades com música, organização de grupos de percussão e de fanfarras. Tais ações vêm sendo ampliadas anualmente com atividades que visam à integração e a aprendizagem significativa.

O ensino fundamental de nove anos é estruturado, conforme a LDB em seu art. 32:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante:

I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV – o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Dessa maneira, ingressando mais cedo no sistema de ensino, o educando poderá aproveitar o momento de aprendizagem e prossigam nos estudos, alcançando maior

30

nível de escolaridade. O ensino que contemple a Educação do Campo é estimulado pelo município, inclusive nas escolas localizadas na zona urbana, visto que se caracteriza como município rural. Além disso, atende a um número significativo de alunos residentes na zona rural, porém ainda não foram identificadas comunidades indígenas e quilombolas residentes nesta localidade. É importante salientar também que a rede municipal de ensino acolhe, oferecendo vagas aos alunos que são filhos de profissionais dedicados à atividades de caráter itinerantes.

Tabela 07. Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Várzea do Poço, por idade e série. Rede municipal, 2013

Idades	1º ANO	2º ANO	3º ANO	4º ANO	5º ANO	6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO	TOTAL
6 anos	20	-	-	-	-	-	-	-	-	20
7 anos	47	09	-	-	-	-	-	-	-	56
8 anos	10	30	09	-	-	-	-	-	-	49
9 anos	04	14	41	13	-	-	-	-	-	72
10 anos	01	13	25	34	14	01	-	-	-	88
11 anos		03	15	16	33	29	06	-	-	102
12 anos		01	06	09	18	43	41	01	-	119
13 anos		01	02	06	09	27	29	27	02	103
14 anos		02	01	06	14	25	25	31	28	132
15 anos		01	04	02	03	17	22	13	24	86
16 anos		-	-	-	-					
+ de 16		01	-	02	02	17	23	22	36	103
Nº de alunos total em defasagem	15	36	53	41	46	86	70	35	36	418
% em defasagem	18.3 %	48%	51.5 %	46.6 %	49.5%	54%	48%	37.2 %	40%	44.9%

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

Apesar de já serem desenvolvidas várias ações no sentido de garantir a universalização do Ensino Fundamental de 09 anos para toda a população de 06 a 14 anos, com vista a garantir que esse público conclua a referida etapa na idade pretendida, nota-se ainda um alto índice de distorção idade/série principalmente no 3º ano, onde o índice de

31

distorção chega a 51,5%, tendo reflexos visíveis nas séries subsequentes. Sendo assim, esses índices apontam para a necessidade de ações que visem corrigir essa realidade. Dessa forma é mister ressaltar que a reprovação é consequência de diversos fatores, dentre o quais destacamos as metodologias e critérios de avaliação, a falta de acompanhamento e de parceria das famílias com a escola, a indisciplina, o desinteresse e falta de perspectiva dos educandos, como também os fatores de influência externo a escola a exemplo dos reflexos das crianças vítimas das violências doméstica e social (exploração, abusos, pedofilia), o envolvimento com drogas, a gravidez na adolescência, as quais geram uma série de desestrutura familiar.

A secretaria Municipal da Educação tem buscado diversas parcerias e desenvolvido várias ações no sentido corrigir esse índice. Dentre as ações realizadas, podemos destacar a adesão aos programas estadual e federal de Alfabetização na Idade Certa, as atividades de orientação e de acompanhamento pedagógico, a implementação da proposta de educação em tempo integral, as quais vêm possibilitando a formação dos educadores para o desenvolvimento de novas metodologias de ensino como também da reformulação do currículo escolar. Dessa forma, o município vem buscando melhoria na aprendizagem dos alunos, oferecendo formações que possibilitem uma educação contextualizada, pautada na garantia de qualidade, que respeite as faixas-etárias, as características sociais, psicológicas e cognitivas das crianças e adolescentes, em cumprimento as orientações dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

O acompanhamento e monitoramento da frequência escolar são realizados bimestralmente, através da ação conjunta entre as secretarias municipais da educação e da assistência social, para os beneficiários dos Programas de Transferências e Rendas, bem como através do desenvolvimento de projetos que refletem e combatem o preconceito, discriminação e violência nas instituições escolares e de ações educativas em parceria com o Conselho Tutelar. O município já desenvolve algumas atividades no sentido de avançar e estimular as habilidades esportivas, através da disciplina escolar de Educação Física e das ações de esporte e lazer do Programa Federal de Implementação das Ações de Educação Integral, no entanto, percebe-se a necessidade

32

do oferecimento de outras atividades que motivem a contínua prática, a exemplo de campeonatos municipais e participação e campeonatos regionais, etc.

A construção da Proposta Curricular está em consonância com os documentos oficiais, os “Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental”, as “Diretrizes Nacionais da Educação Básica”, as “Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental em Nove Anos” e os “Direitos de Aprendizagem do Ciclo de Alfabetização”. No que tange ao Calendário Escolar, por não apresentar demanda de adequação, cumpre-se o calendário tradicional, apenas são feitos alguns ajustes necessários para atender a realidade local e a identidade cultural. Os espaços escolares do município, tendo em vista a necessidade de mais suportes metodológicos, dispõem de tecnologias de informação e comunicação.

De acordo com o art. 205 da Constituição Federal “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (1988), é nesta perspectiva que se desenvolve ações que busquem o acompanhamento dos alunos na escola, como palestras, semana direcionada as famílias, reuniões de pais ao final das unidades, entre outras.

Tabela 08. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização, 2010 a 2013.

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	1.118	299	-	-	112	-	1.529
2011	935	301	-	-	52	-	1.288
2012	943	304	-	-	129	-	1.376
2013	740	278	-	-	130	-	1.148

Fonte: INEP/MEC

A tabela acima apresenta dados referentes a um período relativamente curto, mas que já demonstra uma queda significativa dessas matrículas. Tal fator é bastante preocupante, visto que essa queda traz interferências nos repasses de recursos, comprometendo assim a garantia da oferta de uma educação de qualidade. Porém, apesar das dificuldades encontradas, o município vem unindo esforços no sentido de garantir o acesso e permanência desses alunos na escola. Fazendo um comparativo

33

inicial das matrículas na rede municipal de ensino, observa-se que na zona urbana entre 2010 e 2011 houve uma queda 16,3% do número de matrículas, enquanto que na zona rural houve um aumento 0,6 % no número de matrículas. Já em 2012 o número de matrículas na zona urbana teve um pequeno aumento de 0,8%, voltando a ter uma queda de 21,5 % em 2013na zona urbana e de 8,5% na zona rural. Como mostra os números, tanto na zona urbana quanto na zona rural houve queda no número de matrículas.

Tabela 09. Taxa de aprovação e reprovação do Ensino Fundamental na rede municipal do Município de Várzea do Poço, por série - 2008 a 2010.

SÉRIE/ANO	ANO	TAXA DE APROVAÇÃO		TAXA DE REPROVAÇÃO		TAXA DE ABANDONO	
		URBANA	RURAL	URBANA	RURAL	URBANA	RURAL
1ª SÉRIE/2º ANO DO EF	2008	55,7%	60,6%	37,5%	32,7%	6,8%	6,7%
	2009	54,8%	72,5%	41,9%	18,8%	3,3%	8,7%
	2010	57,9%	73,9%	37,9%	19,6%	4,2%	6,5%
2ª SÉRIE/3º ANO DO EF	2008	54,4%	73,5%	32%	20%	13,6%	5,5%
	2009	70,3%	75,8%	25,7%	15,2%	4%	9%
	2010	74,7%	78,6%	20%	21,4%	5,3%	-----
3ª SÉRIE/4º ANO DO EF	2008	62,1%	82,6%	25,3%	13%	12,6%	4,4%
	2009	75,5%	87,2%	22,5%	12,8%	2%	-----
	2010	63,3%	90%	32,7%	10%	4%	-----
4ª SÉRIE/5º ANO DO EF	2008	77,2%	87,8%	13,9%	4,9%	8,9%	7,3%
	2009	68,4%	97,4%	29,6%	-----	2%	2,6%
	2010	66,7%	94,3%	29,2%	-----	4,1%	5,7%
5ª SÉRIE/6º ANO DO EF	2008	43,9%	80,6%	24%	6,5%	32,1%	12,9%
	2009	41,5%	59,4%	28,9%	28,1%	29,6%	12,5%
	2010	51,1%	65,4%	21,1%	23,1%	27,8%	11,5%
6ª SÉRIE/7º ANO DO EF	2008	59,9%	48%	20,9%	28%	19,2%	24%
	2009	55,7%	74,2%	23,4%	6,5%	20,9%	19,3%
	2010	53%	85,7%	25,3%	9,5%	21,7%	4,8%
7ª SÉRIE/8º	2008	63%	80%	13,3%	10%	23,7%	10%

34

ANO DO EF	2009	56,3%	87,5%	20,3%	12,5%	23,4%	-----
	2010	46,8%	75%	29,1%	16,7%	24,1%	8,3%
8ª SÉRIE/9º	2008	73,6%	83,3	9%	5,6%	25,5%	11,1%
ANO DO EF	2009	74%	90,9%	12,5%	-----	13,5%	9,1%
	2010	65%	90%	17,5%	5%	17,5%	5%

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

Conforme exposto na tabela, observando a taxa de aprovação na zona urbana no período de 2008/2010, na 2ª série/3º ano não há uma oscilação e o aumento pode ser considerado de forma gradativa com 20,3%, porém de forma inversa ocorre uma diminuição na 4ª série/5º ano com 10,5%. Portanto, nas séries iniciais do fundamental da zona urbana a taxa de aprovação apresenta uma variação no período em análise. Nessas mesmas séries, porém, agora na zona rural o aumento é gradativo, apontando 13,3% (1ª série/2º ano), 5,1% (2ª série/3º ano), 7,4% (3ª série/4º ano) e 6,5% (4ª série/5º ano).

Enquanto na 4ª série/5º ano da zona urbana houve na taxa de reprovação um aumento de 15,3%, na zona rural no 2º ano ocorreu uma queda de 13,1%. De forma similar quanto aos resultados expostos na taxa de abandono, de forma geral, a zona urbana concentra uma crescente nesse quesito. Nas séries finais do fundamental com base na taxa de aprovação no mesmo intervalo de tempo, a 6ª série/7º ano da zona rural apresenta uma crescente de 37,7%, enquanto a 7ª série/8º ano da zona urbana houve uma queda de 16,2%. É importante ressaltar, nessa fase escolar, uma queda considerável na taxa de abandono, a qual é observada na 8ª série/9º ano da zona urbana com 8% e de 19,2% na 5ª série/6º ano da zona rural.

2.2.1.4 Ensino Médio

O município de Várzea do Poço dispõe de vagas no Ensino Médio Em escola pertencente à Rede Estadual de Educação para os alunos que concluíram o Ensino Fundamental, a fim de que estes continuem os estudos. Há a necessidade parcerias com as áreas de Assistência Social e de Saúde, no intuito de resgatar, ativamente, a

35

população de 15 a 17 anos que está fora da sala de aula, além de não haver ações integradas com outras secretarias municipais para identificar e incluir em processo de escolarização a população de 15 a 17 e ainda, a população que deixou de estudar a muitos anos para que retornem aos estudos. O público da escola do Ensino Médio ainda é muito baixo, considerando que o município dispõe apenas de uma única escola com oferta de Ensino Médio. Por este motivo, não há ausência de vagas e é garantido o acesso aos filhos de profissionais que se dedicam às atividades de caráter itinerante.

No que tange a participação no ENEM, já existe uma participação dos estudantes, porém pequena. Outros programas que vem possibilitando o acesso ao Ensino Superior são o PROUNI e SISU.

Existem ações de incentivo à utilização de espaço cultural, bem como a prática desportiva integrada ao currículo escolar por meio dos Projetos Estruturantes da Rede Estadual de Ensino, sendo eles:

- ⇒ FACE (Festival Anual da Canção Estudantil) projeto que possui natureza educativa, artística e cultural e promove o desenvolvimento das diversas expressões da arte (literária e musical). Com este projeto pretende-se explorar o potencial educativo da música, estimulando a musicalidade no ambiente escolar e a valorização das manifestações culturais regionais.
- ⇒ AVE (Artes Visuais Estudantis) projeto que propõe estimular a criação de obras de arte nos contextos escolares, valorização das expressões de artes regionais, o processo de embelezamento e estetização da escola, promove exposições das produções artísticas, buscando compreender a obra de arte como objeto de ampliação do conhecimento, mudanças e interação com outras culturas.
- ⇒ TAL (Tempos de Arte Literária) projeto que estimula a produção literária no ambiente escolar, contribuindo para a formação da intelectualidade e espiritualidade e estimulando o gosto pela leitura e escrita de gêneros literários diversos.

36

- ⇒ EPA (Educação e Patrimonial e Artística) promove o estímulo das práticas culturais de identificação, preservação e reconhecimento do patrimônio cultural baiano.
- ⇒ JERP (Jogos Estudantis da Rede Pública) projeto que valoriza a corporalidade, o lúdico, a diversidade, a ética, a cooperação, regionalismo e emancipação.
- ⇒ PROVE (Produções Visuais Estudantis) pretende desenvolver o potencial educativo e artístico por meio da experiência fílmica, criação de roteiros e vídeos para produção, diversificação e consolidação dos saberes utilizando meios tecnológicos como câmeras, celulares ou filmadoras.
- ⇒ DANCE (Dança Estudantil) promove a criatividade por meio das experiências coreográficas.

Tabela 10. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização 2011/2013

Anos	Municipal		Estadual		Privada		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	-	-	302	-	-	-	302
2012	-	-	302	-	-	-	302
2013	-	-	268	-	-	-	268

Fonte: INEP/MEC

De acordo com a tabela acima, percebe-se a equivalência no número de matrículas nos anos de 2011 e 2012 e uma queda entre os anos de 202 e 2013.

O Ensino Médio não dispõe de programa de correção de fluxo por meio de acompanhamento individualizado do (a) aluno(a) com rendimento escolar defasado, tendo sido adotado apenas a modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos) para alunos que se encontravam fora do ambiente escolar por muito tempo. Percebe-se a necessidade de ofertar a modalidade de Aceleração dos estudos para correção de distorção série/idade. A escola de Ensino Médio no município não tem o programa Ensino Médio Inovador, mas há a necessidade de implantação para que possa enriquecer o currículo desse público. A escola não conta com o programa estruturante Ensino Médio EM-Ação, assim como Ensino Médio com Intermediação Tecnológica

37

(EMITec). A Rede Estadual de Educação conta com o programa Pacto Pelo Ensino Médio, o qual ajuda, entre tantas ações, a promover ações pedagógicas para evitar ou minimizar a evasão e repetência no Ensino Médio. A escola do Ensino Médio dispõe de algumas tecnologias da informação e comunicação para uso em atividades didáticas e pedagógicas, porém não conta com recursos para atender as especificidades da Educação Especial.

Tabela 11. Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Estadual

Fase / Nível		Taxa Aprovação			Taxa Reprovação			Taxa Abandono		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
1º ano do EM	2008	77,90	-	77,90	1,60	-	1,60	20,50	-	20,50
	2009	7,80	-	7,80	4,20	-	4,20	21,00	-	21,00
	2010	63,00	-	63,00	8,70	-	8,70	28,30	-	28,30
	2011	70,20	-	70,20	4,80	-	4,80	25,00	-	25,00
2º ano do EM	2008	68,10	-	68,10	6,90	-	6,90	25,00	-	25,00
	2009	72,50	-	72,50	10,80	-	10,80	16,70	-	16,70
	2010	80,20	-	80,20	2,80	-	2,80	17,00	-	17,00
	2011	81,60	-	81,60	3,40	-	3,40	14,90	-	14,90
	2012	80,70	-	80,70	0,00	-	0,00	19,30	-	19,30
3º ano do EM	2008	87,80	-	87,80	2,00	-	2,00	10,20	-	10,20
	2009	81,90	-	81,90	1,10	-	1,10	17,00	-	17,00
	2010	84,10	-	84,10	3,70	-	3,70	12,20	-	12,20
	2011	74,20	-	74,20	8,60	-	8,60	17,20	-	17,20
	2012	81,70	-	81,70	5,40	-	5,40	12,90	-	12,90

Fonte: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabela.php>. Acesso em: 16 jan. 2014.

Podemos observar na tabela acima que a taxa de reprovação no ensino médio é baixa, mas que a taxa de abandono ainda é alta, sobretudo no 1º ano. Dessa forma, conclui-se a necessidade de implementação de ações que visem garantir a permanência do aluno na escola, reduzindo assim esse índice de abandono.

2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

2.3.1 Educação Especial

38

O Brasil desenvolveu-se, significativamente, em questões da Educação Especial, como a criação de cotas para inserção de pessoas com deficiências no mercado de trabalho. Ainda, tem investido em acessibilidade para cada especificidade de deficiência, seja no ambiente físico, na comunicação e na informação, nos transportes e em políticas de ação afirmativa e de superação de pobreza. Contudo, faz-se necessário compreender melhor o atual contexto educacional brasileiro e suas discrepâncias, que são reflexos da história, para assim pensarmos em possibilidades de ações efetivas e reflexões sobre a Educação Especial e o papel que esta tem representado na sociedade.

Na elaboração do PME, é imprescindível analisar, no contexto municipal, a situação dos(as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, matriculados(as) em todos os níveis e modalidades, na tentativa de verificar a dimensão do atendimento a essa demanda, bem como à qualidade da educação oferecida. O atendimento educacional especializado foi instituído pela Constituição Federal/1988, no artigo 208 e definido pelo Decreto nº 7.611/2011. Segundo a LDB (Lei nº 9.394/1996), a Educação Especial deve ser oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, havendo, quando necessário, serviços de apoio especializado.

A Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva-MEC/2008 orienta os sistemas de ensino para garantir o acesso, participação e a aprendizagem dos estudantes, em classes comuns, bem como os serviços da Educação Especial, nas escolas regulares, de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades. Para tanto, deve-se assegurar: formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão escolar; participação da família e da comunidade; acessibilidade urbanística, arquitetônica, nos mobiliários e equipamentos, nos transportes, na comunicação e informação e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

39

Tabela 12. Matrículas da Educação Especial no Município de Várzea do Poço em 2014

	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Séries Iniciais do E. F.	Séries Finais do E. F.	Ens. Médio	
Deficiência visual	0	0	0	1	1
Deficiência mental	1	8	3	0	12
Deficiência física	1	3	2	0	6
Deficiência auditiva	1	1	0	0	2
Deficiências múltiplas	1	5	0	0	6
Altas habilidades/superdotação	0	0	0	0	0
Transtornos globais do desenvolvimento	0	1	0	0	1
TOTAL	4	18	6	0	28

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014

Dessa forma, diante da necessidade em oferecer no município uma melhor qualidade de vida e também contribuir com a acessibilidade e inclusão das pessoas com deficiência, faz-se necessário o oferecimento da educação especial. De acordo com o gráfico é possível observar que já é feito o atendimento desses alunos nas turmas regulares e no contraturno o atendimento nas salas de recursos multifuncionais.

De acordo a realidade que o município apresenta sobre a educação especial nota-se que existe uma grande preocupação em desenvolver essa modalidade da educação de maneira sistemática nas diferentes etapas e modalidades de ensino, assim, ressaltamos que ainda tem-se muitos entraves que precisam ser superados.

No que se referem aos esforços que têm sido realizados para o atendimento da Educação Infantil de atendimento especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação vem se

40

colocando no sentido de ampliação de salas de Atendimento Educacional Especializado, criação de uma coordenação de educação inclusiva, oferecimento de formação para professores de maneira mais geral como palestras e momentos de sensibilização com todos os profissionais da educação no município, adaptação das escolas, tornando-as acessíveis, aquisição de materiais didáticos adaptados, realização de campanhas de sensibilização dos pais, objetivando a permanência desses estudantes na escola.

As pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação do município vem tendo um atendimento na rede regular de ensino. Para apoiar as escolas nesse trabalho a SME e as escolas utilizam algumas estratégias que colaboram com o desenvolvimento desse trabalho, como o encaminhamento desses estudantes a especialistas da área de saúde quando necessário firmando uma parceria com as Secretarias de Saúde e de Assistência Social. Para identificar essa demanda a SME conta com o trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e da Secretaria Municipal de Assistência Social que fazem o levantamento e encaminham para a escola.

O município tem procurado incentivar e ampliar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos(das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, em que podemos destacar a ampliação da equipe de professores para desenvolver o trabalho nas salas de AEE, tentando fortalecer as ações nessa área através do apoio desse grupo. No tocante, ainda existe uma carência na profissionalização desses profissionais para atender de maneira mais específica cada situação apresentada por esses (essas) estudantes.

Existe uma articulação e cooperação entre os setores de educação, saúde e assistência social, para viabilizar o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas poderia ser mais intensificado com vistas a uma contemplação mais abrangente de cada caso para promover o desenvolvimento pleno desses (dessas) estudantes. A rede municipal ainda não garante uma suplementação orçamentária para adquirir e disponibilizar

41

transporte escolar adaptado para os estudantes com deficiência que apresentem limitações físicas, mobilidade reduzida ou outras características que justifiquem esse serviço, assim como para a formação de todos(as) motoristas e monitores(as) que atendam aos(às) estudantes.

O município está começando a se adaptar também aos meios de transportes escolares adaptado para os estudantes que apresentem limitações físicas e mobilidade reduzida. Além disso, o município garante a efetivação da escola como espaço fundamental na valorização da diversidade e garantia da cidadania, acolhendo e trabalhando as diversidades. O mapeamento no município é que foi feito apenas com os alunos que frequentam a rede municipal de ensino. Para esses, o acesso da família que queira acompanhar seu filho na instituição de ensino é livre, bem como participar das discussões sobre o assunto no momento em que elas ocorrem.

Para melhor desenvolver o trabalho nessa modalidade, os(as) professores(as) têm sido incentivados a buscarem formação inicial e continuada com o apoio da SME, os demais profissionais da educação ainda não têm recebido formação específica para melhor atender a oferta da Educação Especial.

No momento o município não garante a presença do(a) professor(a) auxiliar, do(a) intérprete/tradutor(a), do(a) guia-intérprete, professor(a) de Libras nas salas do ensino regular, visto que não existe nenhum caso comprovado no município que necessite desse profissional.

Os currículos, os métodos, as técnicas, os recursos educativos e a organização do trabalho pedagógico das escolas ainda não garantem de maneira satisfatória as especificidades dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A proposta disseminada no município a respeito do acompanhamento e monitoramento do acesso à escola, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, juntamente com o combate às situações de discriminação-preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional tem acontecido paulatinamente.

42

O município conta com salas de recursos multifuncionais em todas as escolas públicas do ensino fundamental, mas oferece o atendimento em apenas 3 dessas escolas situadas na sede, contemplando a demanda das demais escolas, inclusive dos alunos matriculados nas classes regulares das escolas privadas e da escola estadual, bem como, adaptações para melhor acessibilidade em todas as escolas municipais, nesse aspecto nota-se a necessidade de formação continuada para os professores que estão ligados diretamente com o atendimento educacional especializado nas referidas escolas. É importante enfatizar a preocupação que a SME tem em apoiar essas questões.

A educação especial, ainda, não integra uma proposta pedagógica da escola regular, de modo a promover o atendimento escolar e o atendimento educacional especializado, neste caso, faz-se urgente e necessária uma parceria entre as propostas desenvolvidas nas salas de AEE com o ensino regular. O município tem promovido e incentivado pesquisas voltadas para o desenvolvimento de metodologias, materiais didáticos, equipamentos e recursos de tecnologia assistiva com vistas à promoção do ensino e da aprendizagem. Em suma, compreendemos que são muitos e diversos os desafios que o município tem enfrentado para oferecer uma educação especial incluyente que possa contemplar as reais necessidades desses (dessas) estudantes, de modo que se possa ter um desenvolvimento de suas potencialidades. Por isso, os esforços deverão ser mais concentrados em ações relacionadas a essa questão de maneira intensa.

2.3.2 Política da Alfabetização

Visando garantir uma educação de qualidade o município desenvolve as ações de alfabetização de crianças das escolas municipais, através de metodologias específicas dos programas nacional e estadual de alfabetização na idade certa, além dessa proposta o município desenvolve também uma proposta de educação contextualizada que leva em consideração a realidade do campo. O trabalho é desenvolvido através das ações de formação continuada dos educadores como também da produção de matérias pedagógicas específicos da realidade do educando, como ponto de partida para a motivação do conhecimento global. A alfabetização das pessoas com

43

deficiência, considerando as suas especificidades, é desenvolvida através das atividades específicas realizadas nas salas regulares. Este processo é fortalecido com o atendimento individual e específico nas salas de recursos multifuncionais, mas é importante considerar que ainda não é realizada a alfabetização bilíngue de pessoas surdas.

Para a implementação do Ciclo de Alfabetização, é realizada a revisão dos espaços e tempos escolares, das propostas pedagógicas, bem como a utilização de jogos didáticos literários e livros didáticos de qualidade enviados pelo MEC. O processo de avaliação do município em relação às avaliações externas como Provinha Brasil, ANA, e o Avalie Alfa são orientados por uma coordenação, a qual orienta os aplicadores sobre as metodologias de aplicação da mesma. Quando é divulgado o resultado, esse é utilizado pela equipe pedagógica como base para o desenvolvimento de ações que subsidiem os planejamentos pedagógicos, visando cada vez mais a melhoria dos índices apresentados. Ainda não existem ações pedagógicas implantadas em prol da integração da Educação Infantil e do Ciclo de Alfabetização, visto que algumas das atividades que já foram desenvolvidas aconteceram apenas de forma pontual. As escolas ainda não foram orientadas a criarem instrumento de avaliação, monitoramento, implementando medidas pedagógicas para alfabetizar todos os alunos até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental.

O município já desenvolve projetos pedagógicos para a alfabetização de crianças, porém precisa utilizar melhor as novas tecnologias educacionais principalmente no que se diz respeito à formação inicial e continuada dos educadores. A proposta pedagógica desenvolvida ainda não garante a alfabetização de todos os alunos até o final do terceiro ano, o que demanda a intensificação de ações que proporcionem a aprendizagem daqueles que permanecem com dificuldade. As escolas ainda não selecionam nem certificam e divulgam tecnologias educacionais para alfabetização de crianças, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas.

2.3.3 Educação em Tempo Integral

44

O município já atende mais de 50% das escolas e mais de 25% dos educandos na educação em tempo integral, porém tem enfrentado grandes dificuldades, tanto relacionados a infraestrutura, quanto relacionado aos recursos repassados para essas atividades, visto que além de serem insuficientes, os mesmos são repassados de forma tardia para o início das atividades. Além dessa problemática é necessário também que sejam feitas as adequações dos projetos político pedagógicos e a adequação do calendário escolar para o público que permanece por no mínimo 07 horas diárias na escola.

Como se trata de um município pequeno, com poucas escolas, pretende-se atender a educação integral em todas as escolas, as quais estão sendo selecionadas gradativamente, tendo por critério de seleção as escolas com o maior número de alunos, que tenham a infraestrutura mínima para o atendimento em tempo integral e que estejam aptas a receber os recursos necessários para a implementação da ação. Dessa forma o município já atende a 54% das escolas em atividades de tempo integral, incluindo dentre as quais 50% das escolas do campo. O município não tem áreas indígenas nem quilombolas.

Nas escolas onde já é ofertada a educação em tempo integral, o direito é garantido para as pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, dentre outras necessidades, já existem ações desenvolvidas em parceria com as secretarias de assistência social e de saúde, mas essa parceria precisa se fortalecer para melhor atender a demanda. O município já oferece atividade de acompanhamento pedagógico e multidisciplinar, cultural e esportivo de forma a garantir o tempo mínimo de 07 horas diárias de permanência dos alunos da Educação Básica, porém devido a demora na liberação dos recursos o atendimento ainda não é garantido durante todo o ano letivo, pois as ações começam muito tarde, demandando portanto agilidade na liberação dos recursos destinados para esse atendimento.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

45

O município desenvolve projetos e ações motivadores da não violência, busca ajuda de órgãos competentes para o encaminhamento de casos de violência detectados, porém isso é feito de forma pontual, surge assim, a necessidade de um enfrentamento direto a todas as opressões dentro do ambiente escolar (bullying, homofobia, racismo e etc). Ainda não foram desenvolvidas ações destinadas à capacitação de educadores(as) para detecção de sinais de violência e suas causas. É preciso que haja um envolvimento de toda comunidade escolar e da sociedade através de (seminários, fóruns e palestras) para possamos criar um ambiente onde a diversidade seja ela de gênero, religiosa ou racial seja respeitada. Dentro dos projetos pedagógicos desenvolvidos pelas escolas já existem ações de promoção e formação de leitores de acordo com o que prevê o Plano Nacional do Livro e da Leitura, porém, essas capacitações foram desenvolvidas apenas para professores, necessitando, portanto, a ampliação dessa ação, no sentido de atingir a capacitação de bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com especificidades das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem.

O município assegura transporte gratuito para todos os estudantes da Educação do Campo, na faixa etária da educação escolar obrigatória, oferece apoio técnico e financeiro à gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e aplicação dos recursos. Sente dificuldades para assegurar às escolas de Educação Básica água tratada, visto que a água tratada que chega às escolas pela rede pública, não é propícia para o consumo, pois detém um alto nível de salinização. É feito um sistema de captação de água da chuva em reservatórios de cimento, porém essa água ainda não é tratada. Existe saneamento básico, energia elétrica, acessibilidade à pessoa com deficiência, acesso às bibliotecas, aos espaços para prática de esportes, aos bens culturais.

Tabela 13. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013

IDEB OBSERVADO	METAS PROJETADAS
----------------	------------------

46

MUNICÍPIO		2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
VÁRZEA DO POÇO		-	2.5	3.2	3.6	4.2	-	2.8	3.1	3.4	3.7	4.0	4.3	4.6
Âmbito de Ensino		Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Finais do Ensino Fundamental						
		IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas	
		2005	2007	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2021	
Brasil	Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	6.0	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	5.6	
Rede Estadual		-	-	-	-	-	-	-	2.1	-	-	-	-	
Rede Estadual		-	2.1	-	-	-	-	1.8	1.8	-	-	-	-	
Rede Municipal		-	2.5	3.2	3.6	4.2	4.8	-	2.3	2.3	2.7	3.1	4.5	

Fonte: INEP/MEC

Conforme mostra a tabela, o município vem apresentando avanços significativos na elevação da taxa do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - DEB, tendo já ultrapassado em 2013, a meta prevista para 2017. O município tem ampliado gradativamente os investimentos na educação, levando em consideração os fatores que influenciam na elevação da taxa do IDEB a exemplo da Formação Inicial e Continuada de Professores, melhoria da infraestrutura das unidades escolares, elevação do tempo de permanência do aluno na escola dentre outros.

O resultado do Ideb ajuda a Educação Básica do município a fazer o diagnóstico do ensino oferecido para planejar ações que visem a melhoria da aprendizagem. A reflexão com gestores educacionais e professores ocorre nas atividades de formação e planejamentos pedagógicos, onde são analisados os resultados apontados nas avaliações externas e internas, visando o desenvolvimento de ações que contemplem a melhoria desses resultados. O município possui 06 escolas públicas do ensino fundamental e 01 escola pública do ensino médio, mas apenas 03 escolas municipais são avaliadas pelo IDEB de forma contínua. 01 escola municipal e 01 escola estadual é avaliada de forma não contínua, pois nem sempre detém o número de alunos matriculados suficiente para receber a avaliação. Os resultados dessas avaliações são analisados pela equipe pedagógica, gestores e professores. O município busca

47

estabelecer ações conjuntas entre os entes federados para a melhoria do Ideb, através da adesão e desenvolvimento dos programas e projetos estabelecidos.

O Plano de Ações Articuladas (PAR) é formalizado e executado dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a Educação Básica Pública e os resultados dos indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), relativos às escolas, acompanhados e divulgados periodicamente.

Tabela 14. Quadro de Proficiência

ANO \ ÁREA	2007		2009		2011		2013	
	5º ANO	9º ANO	5º ANO	5º ANO	5º ANO	5º ANO	5º ANO	5º ANO
PORTUGUÊS	9%	9%	32%	23%	37%	22%	40%	23%
MATEMÁTICA	8%	3%	30%	9%	33%	12%	35%	11%

Fonte: INEP/MEC

Percebe-se ainda no Quadro de Proficiência acima o avanço no desempenho dos alunos do 5º e do 9º ano nas áreas de Português e Matemática no resultado da Prova Brasil, porém esses resultados ainda não são satisfatórios, necessitando portanto, que sejam desenvolvidas mais ações que garantam a melhoria do desempenho, como também a elevação das taxas de aprovação e a redução das taxas de reprovação e sobretudo de abandono. São várias e diversas as causas da evasão escolar ou da baixa frequência do aluno. No entanto, as causas mais comuns são: metodologias inadequadas que tornam a escola num espaço não atrativo, desmotivação e falta de interesse e indisciplina dos alunos, alunos desinteressados, problemas relacionados à saúde, dependência química/envolvimento com drogas, gravidez na adolescência, pais/responsáveis desinteressados em relação ao destino dos filhos, trabalho com

48

incompatibilidade de horário para os estudos, agressões entre os alunos, violência, bullying, etc. Estas causas, como já afirmado, são concorrentes e não exclusivas, ou seja, a evasão escolar se verifica em razão da somatória de vários fatores e não necessariamente de um especificamente. Dessa forma, detectar o problema e enfrentá-lo é a melhor maneira para proporcionar o retorno efetivo do aluno à escola.

O município institucionaliza e mantém, em regime de colaboração, Programa Nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos para escolas públicas, visando à equalização regional das oportunidades educacionais, articula entre as unidades escolares o processo de organização e gestão do trabalho escolar, melhoria das condições de trabalho e valorização, desenvolve ações de formação e desenvolvimento profissional, aplica exame periódico para aferir a aprendizagem dos alunos, com base na Matriz de Referência, utilizando os resultados dessas avaliações para o desenvolvimento de ações de inovação pedagógica e organização de materiais didáticos que contribuam para a melhoria da aprendizagem dos estudantes. O município ainda não desenvolve mecanismos para o acompanhamento individualizado dos alunos do Ensino Fundamental, também, ainda não existem indicadores específicos de avaliação da qualidade da Educação Especial. Já estimula processo de auto-avaliação das escolas de Educação Básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, divulgam de forma pontual as tecnologias educacionais apenas para o Ensino Fundamental, assegurando a diversidade de métodos e propostas pedagógicas, com preferências para *softwares* livres e recursos educacionais abertos.

O município tem tomado providências para fornecer equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da Educação Básica, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso às redes digitais de computadores, inclusive a Internet. Dessa forma, todas as escolas municipais estão informatizadas e com laboratório de informática implantado, tem assistência técnica a nível municipal, porém enfrenta dificuldades para universalização do acesso à rede mundial de computadores em

49

banda larga de alta velocidade, visto que a maioria das escolas ainda não tem acesso a internet e as que já tem acesso não conta com a assistência técnica dos órgãos estaduais e federais para solucionar os problemas detectados pela assistência técnica municipal. Desenvolveu uma ação do Programa Nacional de Formação Inicial e Continuada de educadores, porém ainda não desenvolveu formação para o pessoal técnico da Secretaria de Educação. Garante a exploração dos conteúdos da História e Cultura Afro- brasileira e Indígenas, nos currículos e ações educacionais, nos termos da Lei nº 10.639/2003 e da Lei nº 11.645/2008, assegurando-se a implementação das respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais.

Já desenvolve propostas pedagógicas específicas para as escolas do campo, contemplando inclusive escolas localizadas na sede do município que atenda aos alunos do campo, incluindo os conteúdos que garantem o fortalecimento das práticas socioculturais. Acontece mobilização das famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos. O município desenvolve ações de articulação programas da área da educação com os de outras áreas como: saúde, assistência social, agricultura, possibilitando maior integração com as famílias, também desenvolve ações de atendimento aos estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

Ainda não existem ações por parte do município, para o estabelecimento de ações voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos(as) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional. Ainda não existe demanda no município para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando-se os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), portanto não existe oferta.

2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)

50

Com base nos dados e arquivos, existe no município a expansão da oferta gratuita da Educação de Jovens e Adultos. O município ainda não oferece Educação Técnica Profissional de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública e ainda não desenvolve ações de busca ativa dos jovens fora da escola. O monitoramento dos jovens que já frequenta a escola é feito de forma muito pontual, as parcerias com outras áreas também é feita de forma pontual, necessitando, portanto de uma atuação mais efetiva da escola e da Secretaria Municipal da Educação em parceria com outras secretarias para garantir o ingresso e permanência dos jovens e adultos na escola. A SME divulga o período de matrículas, pontualmente busca ajuda dos agentes comunitários de saúde para identificação dos jovens que se encontram fora da escola. Nem todas as escolas oferecem a educação de jovens e adultos, devido ao número pequeno de matrículas.

O município ainda não realiza o diagnóstico de jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de identificar a demanda ativa por vagas da referida modalidade. Entretanto, não existe demanda no município de pessoas privadas de liberdade, visto que não existem estabelecimentos penais, apenas uma delegacia de polícia onde os detentos são transferidos para o presídio localizado na cidade de Jacobina. O município oferece a educação de jovens e adultos apenas no turno noturno devido às condições de trabalho dos alunos e da demanda que é insuficiente para a oferta nos turnos diurnos.

O município ainda não realiza chamadas públicas para a Educação de jovens e adultos, conta apenas com os recursos repassados através do FUNDEB e executa as ações de atendimentos aos estudantes da EJA através dos programas suplementares de transporte e alimentação, onde são disponibilizados recursos específicos dos referidos programas. O transporte desses estudantes é feito em veículos em boas condições de uso. Quanto ao atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos aconteceu apenas uma vez através da parceria com o programa estadual. Até o presente momento ainda não foi estabelecido nenhum mecanismo de incentivo que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados com vista na compatibilização da jornada de trabalho do empregador. O município ainda não institucionaliza programas e

51

desenvolvimento de tecnologias para a correção de fluxo, também não realiza acompanhamento pedagógico individualizado, a orientação pedagógica para os professores da EJA, é feita pela coordenação pedagógica em atividades de formação e planejamentos pedagógicos.

As ações de Alfabetização de Jovens e Adultos com garantia de continuidade da escolarização básica, já acontece, mas atinge ainda um número muito pequeno da população. Já existem ações de avaliação específica que permita aferir o grau de alfabetização dos jovens e adultos com mais de 15 anos de idade e encaminhamento dos mesmos para serem matriculados em turmas específicas. A SME já apóia projetos inovadores na Educação de Jovens e adultos, porém isso acontece apenas de forma pontual. O município já desenvolve programa próprio de capacitação tecnológica para a população jovem e adulta, a qual vem sendo ampliada para o atendimento de todos os estudantes da EJA.

A ação de implementação da Lei que regulamenta o ensino de História e Cultura Afrodescendente e indígena é feita através dos projetos desenvolvidos no município pela SME e Coordenação Pedagógica.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio

O município ainda não oferta de Educação Profissional, nem fomenta a expansão da oferta de Educação Profissional Técnica de Nível Médio na modalidade de Educação a Distância. O município ainda não tem infraestrutura para desenvolver a Educação Profissional, necessitando portanto buscar parcerias com outras instituições para atender essa demanda, visto que as escolas também não estão estruturadas para a oferta de Educação Profissional.

Não existem cursos particulares de formação profissional em desenvolvimento no município. Existe uma Unidade Estadual de Ensino (UEE), mas também ainda não está estruturado para o atendimento a educação profissional, Não há Institutos Federais. Existem dois Centros Territoriais de Educação Profissional, porém não atendem a

52

demanda do município, visto que estão localizados muito distante, o que impossibilita o acesso.

O município ainda não oferece/expande o atendimento do Ensino Médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e não há no município ações à expansão do estágio para estudante da Educação Profissional técnica de nível médio.

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.4.1 Ensino Superior

O município apresenta demandas para cursos de Educação Superior, percebe-se isso principalmente pela quantidade de jovens e adultos que se inscrevem para o Curso Pré-Vestibular a cada ano. O governo municipal disponibiliza apoio aos estudantes que desejam cursar ou que já cursam o Ensino Superior fora do município, através da contribuição com o transporte tanto para os cursistas do Projeto Universidade para Todos, como para aqueles que já cursam a faculdade em Jacobina, porém, percebe-se que quanto maior seja esse apoio melhor será para a população, bem como, para oportunizar mais jovens a terem acesso.

Diante desse avanço obtido na ajuda de custo para o transporte desses alunos, é preciso transformar esta ação em política pública, preferencialmente com a cobertura do valor total do transporte, visto que muitos desses estudantes sentem dificuldades para pagarem a taxa da sua responsabilidade. É preciso ainda, estabelecer um maior vínculo com estes estudantes, no sentido de avaliar periodicamente sobre estes serviços que lhes são prestados.

Outra dificuldade encontrada pelos alunos que são aprovados no vestibular, muitas vezes é a impossibilidade de ingressar no Ensino Superior por não poder residir em outras cidades, na qual mesmo sendo aprovados pelo SISU, com a possibilidade de estudar em escolas públicas, ou adquirindo bolsas de estudos para o ingresso em instituições privadas através do PROUNI, os mesmos não tem condições de se manter,

53

principalmente devido o alto custo do aluguel. O município poderia entrar com uma contrapartida nesses casos com a disponibilização de uma casa de apoio para os estudantes, estabelecendo critérios de definição da cidade a partir da maior quantidade de alunos que necessitam deste serviço. É importante destacar que este serviço prestado à comunidade nos dias atuais poderá trazer grandes resultados, uma vez que tem sido significativo o número de aprovados no vestibular em nosso município, inclusive daqueles com situação financeira menos favorecida.

Várzea do Poço também tem sido contemplada com alguns núcleos de instituições de Educação Superior no próprio município e nas proximidades. Tivemos o PARFOR através da UNEB, e no momento outras instituições da rede privada, na qual a oferta dos cursos tanto é presencial, quanto na modalidade a distância. Não tem informações sobre os resultados do Enade obtidos por estas instituições. As ações do governo municipal para viabilizar a permanência de estudantes de baixa renda na Educação Superior, tem sido o auxílio na despesa com transportes.

As instituições proponentes são, devidamente, credenciadas e os cursos oferecidos são autorizados pelo Ministério da Educação e Cultura. A infraestrutura atende ao básico nos pólos de funcionamento, o acervo bibliográfico, por exemplo, tem sido satisfatório na sede das instituições, todos os pólos dispõem de equipamento de informática, acesso à internet, secretaria de curso e coordenação local, atendendo adequadamente ao funcionamento dos cursos. Não se tem a informação de que no caso de educação à distância (EaD), os pólos foram autorizados pelo MEC e se estão previstas atividades de avaliações presenciais pelo órgão superior competente.

O município tem estimulado os estudantes concluintes do Ensino Médio e os professores e professoras da Rede Municipal a ingressarem na Educação Superior, mas ainda falta, um incentivo maior para atuarem nas áreas de Ciências e Matemática, bem como, para atender ao déficit de profissionais das áreas específicas.

Existe, no município, uma política de inclusão com vistas à redução das desigualdades étnicas, na qual é viabilizado por intermédio de formação continuada para os docentes, elaboração e execução de projetos pedagógicos desde a Educação Infantil.

54

O município mesmo não proporcionando a oferta de estágio como parte de formação na Educação Superior, de maneira que haja remuneração, mas apoia os estagiários e os acolhe de maneira satisfatória, segundo relatos dos graduandos em Estágio. O município tem assegurado condições de acessibilidade às instituições de Educação Superior, na forma de legislação, principalmente quando adere em todos os anos o projeto Universidade Para Todos.

A educação do campo tem sido uma prioridade na educação municipal o que de certo modo favorece o acesso, permanência, e conclusão do Ensino Superior dos alunos, porém, precisa fortalecer e fomentar estudos e pesquisas que analisem as necessidades de articulação entre formação, currículo, pesquisa e mundo do trabalho, considerando as necessidades econômicas, sociais e culturais locais, já vem fazendo isso, a partir de formação continuada, mas precisa ampliar essa ação sem perder o foco.

O município tem um forte aliado quando se trata de uma pesquisa científica sobre a sua “Vocação Econômica”, uma vez que a SME, tem em parceria com a prefeitura procurado articular as várias pastas que tratam da questão em parceria com a comunidade local. Um ponto positivo perante o acesso à universidade é a divulgação dos cursos, localidades e prazos oferecidos pelas instituições públicas de Ensino Superior locais e regionais, nas modalidades de graduação e pós-graduação. Porém, ainda não dispõe de plataforma eletrônica para divulgar a oferta em cursos de formação inicial e continuada de profissionais de educação, bem como, para consulta e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes.

Apesar de ainda não contar com subsídios do governo federal para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial, o município tem investido nessas áreas com recursos próprios, através da formação continuada, da melhoria na infraestrutura das escolas e no apoio pedagógico.

O município tem buscado constantemente parcerias para a oferta de cursos técnicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação, dos (as)

55

profissionais do magistério. Também já aderiu ao programa federal para a formação continuada dos outros profissionais de apoio escolar que não são os de magistério.

Os estagiários dos cursos de licenciatura são acolhidos no município e valorizados para o atendimento das demandas da educação básica municipal, porém, seus serviços não são remunerados.

2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A ação pedagógica deve partir da interação constante entre necessidades e possibilidades referentes ao processo de conhecimento pelos alunos, para tanto, além do compromisso deste para com o trabalho é preciso que haja investimento em sua qualificação. Na tabela abaixo demonstramos a caracterização da situação existente no município, para que seja possível a proposição de ações futuras que favoreçam a melhoria do desempenho docente.

O município com a intenção de elevar o nível de qualificação de seus profissionais, aderiu ao Programa nacional de Formação Docente, garantindo a formação de 33 professores da Educação Infantil e Séries Iniciais do Ensino Fundamental através do Curso de Licenciatura Pedagogia e mais 22 professores licenciados em áreas específicas: 2 em Letras, 4 em Matemática, 6 em Biologia, 3 em História, 3 em Geografia, 3 em Educação Física, e 1 em Informática, no sentido de assegurar o desenvolvimento de processos de formação continuada para todos os profissionais, que além do programa possibilitou a formação continuada através de cursos, palestras e acompanhamento pedagógico regular do trabalho dos profissionais nos seus locais de atuação.

Tabela 15. Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal

FUNÇÃO DOCENTE

56

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Nível especial	Cursando Licenciatura	Com Licenciatura	Cursando Licenciatura em outra área	Com Licenciatura em outra área	Cursando Especialização	Com especialização	Cursando Mestrado	Total
Regular Creche	-	02	02	-	-	01	02	-	07
Regular Pré-Escola	-	02	04	01	01	02	02	-	12
Regular-Anos Iniciais do Ensino Fundamental	01	04	13	-	-	-	14	01	32
Regular-Anos Finais do Ensino Fundamental	01	01	16	-	-	-	15	02	35
EJA – Anos Iniciais	-	01	02	-	-	-	-	-	03
EJA – Anos Finais	-	01	02	-	-	-	03	-	06

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

Sendo assim, percebe que o quadro atual de docentes da rede municipal de Várzea do Poço, contempla o que estabelece a legislação em vigor, visto que a grande maioria já tem ou está cursando graduação ou especialização na área em que atua, registra-se ainda uma pequena parcela desses profissionais já cursando mestrado. Dessa forma, pressupõe-se que com a formação adequada dos educadores, apontam para a melhoria dos índices educacionais.

Tabela 16. Número de professores e coordenadores das Redes Municipal, Estadual e Particular em 2013

57

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio			TOTAL
	ESTA DUAL	MUNI CIPAL	PARTI CULAR	ESTA DUAL	MUNI CIPAL	PARTI CULAR	ESTA DUAL	MUNI CIPAL	PARTI CULAR	
PROFESSORES	-	21	09	-	67	10	13	-	-	110
COORDENADORES	-	01	-	-	04	-	-	-	-	05

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

A tabela 18 possibilita visualizar o número total de professores e coordenadores e refletir sobre os investimentos recentes para a melhoria da qualificação dos docentes, nos níveis de formação por dependência administrativa (estadual, municipal e particular).

Em se tratando da Rede Municipal de Ensino, demanda ações que garantam de forma mais efetiva uma formação específica para os coordenadores pedagógicos da SME, visto que estes tem participado de formação pontualmente e essa formação ainda tem sido insuficiente, já que os professores atualizam-se com frequência, por meio de cursos, encontros e outros eventos promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, pelo Território de Identidade e por outras instituições a exemplo da Secretaria Estadual de Educação e o Ministério da Educação.

Dois problemas existentes, ainda é a rotatividade de alguns professores, principalmente na Educação Infantil e Séries Iniciais, bem como, a disponibilidade de alguns professores quando é preciso realizar estudos ou atividades no contra turno já que atuam em mais de uma escola. Uma conquista no âmbito da educação foi a elaboração de forma democrática e participativa e a implementação do Plano de Carreira para os Profissionais do Magistério da rede pública da Educação Básica, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738/2008, que em grande parte tem atendido aos anseios da categoria, precisando rever a funcionalidade de alguns direitos e deveres, a exemplo da Licença Prêmio e organização de uma Comissão para avaliação de desempenho dos profissionais da educação.

Ainda não tem sido satisfatória a participação dos professores nos conselhos das escolas, na elaboração do projeto político-pedagógico e em outros conselhos da área

58

da educação, uma vez que são poucos os que se disponibilizam para a realização deste trabalho, sobrecarregando alguns e não garantido a comprometimento da maioria. Em si tratando dos coordenadores pedagógicos do município, no Plano de Cargos os mesmos são providos de cargo e desempenham suas funções na SME, no sentido de atender sempre, a mais de uma escola. Percebe-se avanço no atendimento as etapas do ensino como: Educação Infantil, Ciclo de Alfabetização, Segundo Ciclo das Séries Iniciais e Séries Finais, porém, ainda percebe-se insuficiência de pessoal, para atender a EJA, bem como, de mais assistentes nesta equipe.

O acompanhamento da evolução salarial dos docentes é feito anualmente com base no percentual definido para o piso nacional. Para os demais servidores o reajusta acompanha o percentual do salário mínimo, e para os que recebem mais que o salário mínimo é definido um percentual, o qual passa pela votação do poder legislativo. Existe um Sindicato de Servidores Públicos Municipais e no momento há uma mobilização para efetivação de um sindicato que possa representar os professores e outros trabalhadores em educação das redes municipais a exemplo da APLB, porém ainda não foi concretizado. Os profissionais do magistério na sua maioria são ocupantes de cargos de provimento efetivo, e conta também com os cargos comissionados.

Ainda não foi instituído, no município, nenhum programa de acompanhamento do professor/a iniciante, supervisionado por profissional do magistério com experiência de ensino, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação do(a) professor(a) ao final do estágio probatório.

Além dos professores, no processo educacional, há participação de técnicos e auxiliares que, juntamente com os docentes, fazem a educação acontecer. Desta forma, no planejamento da educação, os recursos humanos merecem uma atenção especial, independentemente de serem docentes.

As tabelas de nº 17 e 18 ajudarão a visualizar o quadro de profissionais em educação de que a rede municipal dispõe atualmente.

Tabela 17. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013

59

Cargos	Nº	Nível da Escolaridade			
		Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira	18	05	02	10	01 superior incompleto
Vigilante	-	-	-	-	-
Serviços Gerais	25	15	10	-	-
Secretário Escolar	06	-	-	01	03 ensino superior 02 superior incompleto
Porteiro	08	05	01	02	-
Outros	05	-	-	05	-

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

A tabela 17 expressa a necessidade de investimento na formação continuada dos servidores de apoio à Educação Municipal, visto que apenas uma pequena quantidade detém a formação em nível médio. Essa reflexão é de suma importância para que o município possa planejar ações de formação continuada e em serviço para profissionais. Nesse sentido, o ideal é que tenham, no quadro do serviço público, servidores efetivos, de forma a viabilizar o retorno dos investimentos feitos com a formação ao longo do tempo e a garantia da qualidade dos serviços prestados.

Tabela 18. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº Total	Situação Funcional					Tempo exercício no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro	
Merendeira	18	18	08	-	-	-	08
Vigilante	-	-	-	-	-	-	-
Serviços Gerais	25	05	05	-	20	-	05
Secretário Escolar	06	-	-	06	-	-	-

60

Porteiro	08	06	06	-	02	-	-
Outros							

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2015.

Atualmente, após o Concurso Público existe nas escolas um número suficiente de funcionários efetivos e terceirizados para as várias funções. A realização da Avaliação Institucional para análise do desempenho profissional é uma prática da SME, porém não foi realizada nos últimos semestres, é preciso dar continuidade a esta importante ação que visa a garantia do cumprimento dos direitos deveres de cada um/uma. Quanto à relação entre funcionários, direção da escola e alunado, no geral, tem sido satisfatória, a equipe escolar tem participado das decisões da escola, através de reuniões constantes.

O pessoal de apoio tem tido formação continuada de maneira pontual, porém, é necessário um maior investimento nesta ação, garantindo uma formação mais consistente e sistemática para bibliotecários, porteiros, serventes, enfim para todos os profissionais.

Tabela 19. Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	01	02	03	04	03	07	01	-	01
2011	01	02	03	03	03	07	01	-	01
2012	01	02	03	03	03	07	01	-	01
2013	01	02	03	03	03	07	01	-	01
2014	02	02	04	03	03	07	01	-	01

Fonte: Secretaria Municipal da Educação

2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

Há estímulo, por parte do município, para a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, porém o município ainda

61

não oferece nenhum programa de formação de conselheiros. O município estimula a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e de associações de pais e mestres, mas essa ação precisa ser mais fortalecida.

Já existe estímulo à participação e a consulta na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares por profissionais da educação, estudantes e familiares por parte do município, porém ainda não se percebe muito interesse desse público para participarem de tais ações.

O município favorece processos de autonomia das escolas no campo pedagógico, administrativo e de gestão financeira. O município leva em consideração a experiência profissional e a formação dos profissionais indicados para assumir as funções de direção escolar.

2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

Apesar de ter sido observado em tabelas anteriores a queda de 8,1% no número de matrículas da rede municipal entre os anos de 2012 e 2013, conseqüentemente essa queda também exista em 2014, visto que foi observado também que o número de novas matrículas não cobre o número de egressos do 9º ano, permanecendo sempre a queda anual de matrículas, percebe-se aumento de quase 11% nos investimentos com alimentação escolar, sabendo que apenas uma pequena parcela desse investimento é referente a educação integral, conclui-se portanto que há uma maior aplicação por parte do município.

A queda com os investimentos com transporte escolar, é resultado da ampliação da frota própria municipal, através a aquisição de novos veículo em parceria com Programas Federal e Estadual de aquisição de veículos escolares, expressando, portanto a diminuição do serviço de terceirização do transporte escolar.

Tabela 20. Outras receitas com o setor educacional do município de Várzea do Poço, administradas pela prefeitura (2012/2014)

Ano	Alimentação	Transporte	Convênios	Outras receitas	Total
-----	-------------	------------	-----------	-----------------	-------

62

	escolar	Escolar			
2012	152.964,00	64.244,83	-	161.845,05	379.053,88
2013	169.420,00	42.165,94	-	161.398,54	372.983,59
2014	172.230,49	36.640,42	-	244.056,13	448.927,34

Fonte: Secretaria Municipal da Educação / Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal, 2015.

Apesar de ter sido observado em tabelas anteriores a queda de 8,1% no número de matrículas da rede municipal entre os anos de 2012 e 2013, consequentemente essa queda também exista em 2014, visto que foi observado também que o número de novas matrículas não cobre o número de egressos do 9º ano, permanecendo sempre a queda anual de matrículas, percebe-se aumento de quase 11% nos investimentos com alimentação escolar, sabendo que apenas uma pequena parcela desse investimento é referente a educação integral, conclui-se portanto que há uma maior aplicação por parte do município.

A queda com os investimentos com transporte escolar é resultado da ampliação da frota própria municipal, através a aquisição de novos veículo em parceria com Programas Federal e Estadual de aquisição de veículos escolares, expressando portanto a diminuição do serviço de terceirização do transporte escolar.

Tabela 21. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Várzea do Poço, por nível ou modalidade de ensino (2012/2014)

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2012	-	725.184,32	-	-	26.965,29	752.149,61
2013	25.230,54	726.945,01	-	-	25.743,99	777.919,54
2014	191.050,50	634.566,98	-	-	50.862,96	876.500,44

Fonte: Prefeitura Municipal

Analisando a tabela que apresenta os recursos aplicados em educação, pelo governo municipal nos anos de 2012 a 2014, observa-se que apesar de ter sido feito investimentos na Educação Infantil em 2012, essas informações não aparecem de forma específica, somente a partir de 2013 esses dados aparecem, neste sentido temos um aumento no investimento nesse nível de ensino de R\$ 165.819,95 entre o ano de 2013 e 2014. No Ensino Fundamental o investimento teve um aumento de R\$ 1.760,69

63

entre o ano de 2012 e 2013, já entre o ano de 2013 e 2014 teve uma diminuição de R\$ 92.378,03 no investimento nesse nível de ensino, neste caso, houve uma diminuição de R\$ 90.617,34 na aplicação dos recursos como foi observada em tabelas anteriores uma queda significativa no número de matrículas dessas modalidades, pressupõe-se que tais fatores tenham contribuído também para que houvesse essa queda nos investimentos. Se considerarmos as aplicações dos recursos no quesito "Outros" notaremos que houve uma diminuição de R\$ 1.221,30 entre o ano de 2012 e 2013, já entre o ano de 2013 e 2014 tem-se um aumento de R\$ 25.118,97, considerando a aplicação neste quesito entre os anos de 2012 e 2014 teremos um valor de R\$ 23.897,67. Fica evidente um aumento gradativo na aplicação desses recursos, assim temos no geral uma aplicação por nível e modalidade de R\$ 25.769,93 entre os anos de 2012 e 2013, já nos anos de 2013 e 2014 houve um aumento nesse investimento de R\$ 98.580,90, desse modo, se considerarmos o aumento entre os anos de 2012 a 2014 teremos um valor de R\$ 124.350,83.

Tabela 22. Despesas com educação do município de Várzea do Poço por categoria e elemento de despesa (2012/2014)

Ano	Despesas correntes			Despesas de capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Subtotal	Obra e Instalações	Equipamentos	Subtotal	
2012	2.844.033,20	493.906,13	3.337.939,33	411.708,13	30.198,50	441.906,63	3.779.845,96
2013	2.806.316,04	605.746,30	3.412.062,34	579.790,13	18.236,50	598.026,13	4.010.088,97
2014	2.825.503,89	502.051,10	3.327.554,99	160.334,24	352.423,00	512.757,24	3.840.312,97

Fonte: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal, 2015.

Na tabela 22, observa-se uma queda no índice com pessoal entre os anos de 2012 e 2014, também apresenta uma queda de gastos com obras e instalações e aumento com os gastos em equipamentos.

Tabela 23. Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município X em (2012/2014)

Ano	Total recebido	Aplicação
-----	----------------	-----------

64

		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2012	3.898.781,09	1.225.924,29	-	4.070.033,30
2013	3.870.037,24	1.417.413,25	-	4.773.548,08
2014	4.092.146,31	2.588.701,82	-	4.793.864,57

Fonte: Secretaria da Administração do Município, 2015

A tabela 23 expressa queda na arrecadação dos recursos do FUNDEB, entre os anos de 2012 e 2013 e um pequeno aumento em 2014. Percebe-se também que o valor do salário de professores nesse período aumentou o dobro, isso se dá devido a mudança no nível de formação e consequentemente aumento do salário base e vantagens recebidas, os quais são reajustados anualmente de acordo com os índices estabelecidos para o Piso Nacional.

Tabela 24. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$)

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferências	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
			25,42

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios, 2015.

Percebe-se ainda que em 2014, o município cumpriu o índice estabelecido para investimento na educação tendo atingido, portanto o percentual de 25,42.

Tabela 25. Recursos da Educação no PPA (2010/2013)

ANOS	Previsto em R\$	Programa/projetos/atividades educacionais	Total utilizado
2011	-	-	-
2012	5.829.513,00	5.829.513,00	5.294.838,29
2013	5.829.513,00	5.829.513,00	5.597.368,80
2014	5.829.513,00	5.829.513,00	5.757.528,59

Fonte: Prefeitura Municipal, 2015

Conforme mostra a tabela 25, os recursos planejados no PPA 2010-2013 foram utilizados de forma crescente entre os anos de 2012 e 2014, dentro do valor previsto.

65

O diagnóstico ora apresentado, expressa um panorama geral, refletindo sobre fatores importantes para a elaboração da Política Pública Educacional para o decênio 2015-2025.

3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

Meta 1 – Educação Infantil

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

- 1.1 Construir mais uma unidade de grande porte para atender Educação Infantil na Sede e uma unidade de pequeno ou médio porte para atender a demandas dos Povoados de Barra Nova e Nova Esperança e adjacências;
- 1.2 Construir Pátio coberto com brinquedos adaptados para a modalidade, sala de vídeos e jogos educativos, refeitório, biblioteca e brinquedoteca nas escolas de Educação Infantil;
- 1.3 Adquirir mobiliários (armários para professores, ventiladores, ar condicionados, notebook, datashow, microsystem, brinquedos e jogos adequados) para as unidades que ainda não disponham desses equipamentos;
- 1.4 Promover oficinas para os professores sobre: musicalização, contação de história, confecção de brinquedos e jogos educativos com material reciclado;
- 1.5 Proporcionar momentos de sensibilização com palestras voltadas para a área de saúde e higiene em parceria com a Sec. Assistência Social e Sec. de Saúde;
- 1.6 Fazer a adaptação do currículo, inserindo também atividades artísticas e culturais como: teatro, capoeira, contação de história, música, balé, informática;
- 1.7 Inserir as diversas modalidades esportivas no currículo escolar;
- 1.8 Desenvolver ações que proporcionem a Interação da família na escola, através de oficinas, como: pintura, biscoito, crochê, bordados, corte e costura, culinária, etc., podendo ainda, buscar parcerias com instituições para realização de tais ações;

67

- 1.9 Promover a formação continuada dos educadores, profissionais especializados em cada área específica e fazer o acompanhamento;
- 1.10 Realizar periodicamente levantamento de demanda por creche e pré-escola para a população de até 0 a 5 anos, em parceria com a Secretarias de Saúde e Assistência Social;
- 1.11 Oferecer em parceria com as Instituições Públicas de Ensino cursos de especialização em Educação Infantil para os profissionais que ainda não tenham.

Meta 2: Ensino Fundamental

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

Estratégias:

- 2.1 Criar mecanismo que garanta um aprendizado significativo através de metodologias apropriadas para a realidade dos educando focando a distorção Série/Idade;
- 2.2 Fortalecer a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde de proteção a infância, adolescência/juventude;
- 2.3 Fortalecer o acompanhamento dos alunos do primeiro ciclo na leitura e escrita;
- 2.4 Incentivar a participação dos pais ou responsável no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- 2.5 Realizar uma pesquisa com os docentes para descobrir sua afinidade e habilidade com a série que leciona;
- 2.6 Fortalecer a ação do Centro de Referência e Apoio Pedagógico – CRAP, buscando parceria com outras instituições, visando contar com o apoio de

68

profissionais tais como: Psicólogos, Psicopedagogos, Neuropediatra, Psiquiatra, profissional de educação física, etc.;

- 2.7 Construir ou adequar os espaços físicos das escolas das séries iniciais do Ensino Fundamental para garantir a realização de atividades artísticas e esportivas, bem como, sala de vídeos, refeitório, biblioteca e brinquedoteca;
- 2.8 Construir uma escola com espaço físico adequado para atender a demanda do Ensino Fundamental II;
- 2.9 Promover oficinas para os professores sobre: musicalização, contação de história, confecção de brinquedos e jogos educativos com material reciclado;
- 2.10 Fazer a adaptação do currículo, inserindo também atividades artísticas e culturais como: teatro, capoeira, contação de história, música, balé, informática;
- 2.11 Inserir as diversas modalidades esportivas no currículo escolar;
- 2.12 Desenvolver ações que proporcionem a Interação da família na escola, através de oficinas, como: pintura, biscuit, crochê, bordados, corte e costura, culinária, etc., podendo ainda, buscar parcerias com instituições para realização de tais ações.

Meta 3: Ensino Médio

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

- 3.1 Implantar projetos e programas que enriqueçam o currículo de modo a incentivar o ingresso e a permanência do alunado, inserindo programas e ações de educação integral;
- 3.2 Elaborar o currículo escolar adequado a realidade local, que abranja conteúdos obrigatórios e eletivos articulados a dimensões como ciência, trabalho, linguagens, tecnologia, cultura e esporte;
- 3.3 Buscar, junto ao governo do estado, aquisição de equipamentos e laboratórios, para a manutenção e elevação da qualidade de ensino;

69

- 3.4 Buscar parcerias junto a entidades (pública/privada) para o desenvolvimento de estágios dos estudantes do ensino médio em cursos profissionalizantes;
- 3.5 Intensificar a publicização do ENEM, bem como, a motivação dos alunos da 3ª série do ensino médio a realizarem esse exame, que tanto possibilita a aferição de conhecimentos e habilidades adquiridos dentro e fora da escola, como viabiliza o ingresso dos mesmos ao Ensino Superior.

Meta 4: Inclusão

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

- 4.1 Mapear as unidades escolares para que se verifique as condições de acessibilidade de cada uma, com vista a readaptações se necessário. Com garantia de que até os dois primeiros anos de vigência do plano tais adaptações sejam efetivadas;
- 4.2 Garantir durante todo o período de vigência do PME o funcionamento das salas de AEE, com profissional com formação específica, possibilitando o acesso de todos os alunos devidamente matriculado no ensino regular, inclusive daqueles que residem no campo;
- 4.3 Firmar parcerias com instituições com referencia na formação de profissionais que trabalhem com a educação inclusiva, no sentido de garantir até o segundo ano de vigência do plano a formação necessária para todos os profissionais da educação de cada Unidade Escolar e motoristas;

70

- 4.4 Garantir no orçamento municipal recursos para aquisição de transportes adaptados, para atender as necessidades de alunos com mobilidade reduzida na zona rural ou urbana, podendo garantir ainda, o acesso desse aluno na sala de AEE no turno oposto;
- 4.5 Garantir a presença de auxiliares com orientação pedagógica específica ou com formação na área da educação na sala regular de acordo as necessidades específicas do educando, durante de vigência do PME para que os alunos com deficiência e mobilidade reduzida sejam bem atendidos, como também profissionais que assista os alunos com deficiência visual e auditiva (Com formação específica de Libras e Braille);
- 4.6 Garantir até o segundo ano de vigência do PME a reformulação do currículo escolar de modo a assegurar de maneira satisfatória o desenvolvimento de alunos com deficiências, TGD e altas habilidades/superdotação;
- 4.7 Desenvolver atividades educativas visando debater questões relacionadas a diversidade dentro do contexto escolar, a partir dos projetos pedagógicos;
- 4.8 Promover a articulação entre professores da sala de AEE, coordenação pedagógica e professores do ensino regular, tendo em vista o diálogo para um pareamento entre as ações da sala regular e a sala de AEE;
- 4.9 Designar um Coordenador Pedagógico ou professor articulador com formação específica e experiência na sala de AEE para nortear as ações pedagógicas no ensino regular;
- 4.10 Garantir na reformulação do Plano de Cargos e Salários a definição de percentuais de incentivos financeiros para professores que atendam nas salas de AEE e para os professores que atuem nas salas regulares, definindo os devidos critérios.

Meta 5: Alfabetização Infantil

71

Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 3º Ano do ensino fundamental, até o 5º ano de vigência do PME.

Estratégias:

- 5.1 Elevar o índice de crianças alfabetizadas até o 3º ano do Ensino fundamental I;
- 5.2 Criar mecanismo de avaliação de rede para o ciclo de alfabetização;
- 5.3 Promover e estimular a formação continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação stricto sensu e ações de formação continuada de professores para a alfabetização;
- 5.4 Apoiar a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal;
- 5.5 Cumprir as normas dos documentos oficiais, garantindo o cumprimento da quantidade de alunos estabelecida por série em sala de aula;
- 5.6 Oferecer formação para professores e auxiliares da sala de Educação Infantil e Ensino Fundamental que tenham alunos com necessidades especiais.

Meta 6:

Oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 70% (setenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 90% (noventa por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica até o final da vigência do PME.

Estratégias:

- 6.1 Organizar a infraestrutura das escolas para oferecer a educação em tempo integral;

72

6.2 Buscar parceria com os Programas Federais, através do regime de colaboração para construir escolas com padrão arquitetônico e mobiliário adequado para o atendimento em tempo integral, sendo duas (02) escolas na sede e uma (01) em um dos povoados, até o final da vigência do PME;

6.3 Adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais;

6.4 Revisar os Projetos Políticos Pedagógicos, de forma que contemplem a Educação em tempo Integral;

6.5 Fomentar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos, e equipamentos públicos como centros comunitários, bibliotecas, praças, etc.

Meta 7: Qualidade da Educação Básica/IDEB

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias a nível municipal para o Ideb: 5,2 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,0 nos anos finais do ensino fundamental; 5,0 no ensino médio, até o final da vigência do PME.

Estratégias:

7.1 Estabelecer e implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica e a em consonância com a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos(as) alunos(as) para cada ano do ensino fundamental e médio, respeitada a diversidade regional e local, de forma a contemplar também as escola do campo;

7.2 Promover a capacitação de educadores(as) para detecção de sinais de violência e suas causas, bem como, as ações de combate a qualquer tipo de opressão (bullying, homofobia, racismo), dentro do ambiente escolar;

73

7.3 Assegurar que, no último ano de vigência do PME, todos os estudantes do Ensino Fundamental e do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 80%, pelo menos, o nível desejável;

7.4 Constituir os indicadores de avaliação a nível municipal, com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da Educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão.

Meta 8: Elevação da Escolaridade/Diversidade

Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, inserindo a população do campo, de modo a alcançar, no mínimo, 12 (doze) anos de estudo até o último ano de vigência do PME.

Estratégias:

8.1 Firmar parcerias com as áreas de saúde, assistência social, igrejas, sindicatos para somar esforços na busca ativa de jovens fora da escola;

8.2 Estruturar a modalidade de ensino EJA no formato semestral, de modo a aproveitar as disciplinas já concluídas;

8.3 Realizar de atividades concomitantes com a Educação Profissional para os alunos da Educação de Jovens e Adultos;

8.4 Oferecer em todos os povoados onde haja demanda, a modalidade de EJA integrado com a Educação Profissional.

Meta 9: Alfabetização de Jovens e Adultos

Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 90% (noventa por cento), até o final da vigência do PME e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

74

Estratégias:

- 9.1 Realizar diagnóstico dos jovens e adultos com Ensino Fundamental e Médio incompletos, a fim de identificar a demanda ativa por vagas na Educação de Jovens e Adultos;
- 9.2 Realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo uma busca ativa em regime de colaboração com a comunidade e em parceria com organizações da sociedade civil;
- 9.3 Implementar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;
- 9.4 Realizar avaliação, por meio de exames específicos, que permita aferir o grau de alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos de idade;
- 9.5 Desenvolver projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem atender às necessidades específicas desses (as) alunos (as);
- 9.6 Inserir na matriz curricular da EJA as disciplinas de Redação e Educação e Física;
- 9.7 Estabelecer mecanismos e incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e os sistemas de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados com a oferta das ações de alfabetização e de Educação de Jovens e Adultos;
- 9.8 Implementar programas de capacitação tecnológica da população jovem e adulta, direcionados para os segmentos com baixos níveis de escolarização formal e alunos com deficiência, articulando o sistemas de ensino, as universidades, as cooperativas e as associações, por meio de ações de extensão que favoreçam a efetiva inclusão social e produtiva dessa população;
- 9.9 Considerar, nas políticas públicas de jovens e adultos, as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao

75

acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas, e a inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas;

- 9.10 Fazer um levantamento sobre a necessidade de oferecer a modalidade da EJA no diurno.

Meta 10: EJA Integrada

Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

- 10.1 Fomentar, a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados de acordo com as necessidades do município, visando especificidades das populações tanto da zona urbana quanto da zona rural;
- 10.2 Expandir as matrículas na Educação de Jovens e Adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;
- 10.3 Fomentar a integração da Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da Educação de Jovens e Adultos, considerando também as especificidades das populações do campo;
- 10.4 Aderir a programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à Educação Profissional;

76

- 10.5 Fomentar a aquisição de material didático condizente com a realidade, o desenvolvimento de currículos e metodologias que valorizem os alunos da EJA e fornecer os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- 10.6 Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação profissional;
- 10.7 Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;
- 10.8 Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes das redes públicas que atuam na Educação de jovens e adultos articulada à Educação profissional;
- 10.9 Implementar mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada e dos cursos técnicos de nível médio.

Meta 11: Educação Profissional

Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público, até o final da vigência do PME.

Estratégias:

77

- 11.1 Viabilizar junto a SEC do Estado da Bahia a oferta da Educação profissional técnica de nível médio na rede pública estadual de ensino;
- 11.2 Buscar parcerias junto a entidades (pública/privada) para o desenvolvimento de estágios dos estudantes do ensino profissionalizante.
- 11.3 Realizar adesões à programas governamentais e federais de assistência estudantil, visando garantir as condições necessárias à permanência dos(as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio.

Meta 12: Educação Superior

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

- 12.1 Garantir o transporte gratuito para alunos que cursam o Ensino Superior, até o início do quarto ano de vigência do plano, estabelecendo critérios de quantidade mínima de alunos e nos casos que não tenha a quantidade mínima exigida para o transporte gratuito, continuar oferecendo a ajuda de custo;
- 12.2 Garantir o apoio residencial para alunos aprovados no vestibular em cidades mais distantes, priorizando a cidade que tenha uma quantidade maior de estudantes e estabelecendo critérios para a seleção desses alunos, contemplando assim, aqueles que necessitem desse apoio;
- 12.3 Fomentar a definição uma liderança para manter uma ligação com o poder público, no sentido de avaliar periodicamente os serviços prestados;
- 12.4 Desenvolver ações que motivem os estudantes concluintes do Ensino Médio a ingressarem nas áreas de exatas;

78

- 12.5 Buscar novas parcerias com entidades de nível superior para oferecimento de curso pré-vestibular no município;
- 12.6 Dispor de Plataforma Eletrônica para divulgar a oferta de formação inicial e continuada de profissionais da educação, bem como, para consulta e atualização dos currículos eletrônicos dos docentes;
- 12.7 Fazer mapeamento dos graduandos do município, respectivos cursos e instituições de ensino;
- 12.8 Buscar parcerias para a oferta de cursos técnicos de nível médio e tecnológicos de nível superior destinados à formação, nas respectivas áreas de atuação dos profissionais da educação de outros segmentos que não sejam necessariamente do Magistério.

Meta 13: Qualidade da Educação Superior

Buscar parceria com instituições públicas de Educação Superior, fomentando o ingresso em cursos de pós graduação e mestrado.

Estratégia:

- 13.1 Fomentar a elevação da qualidade da educação superior, ampliando a proporção de especialistas e garantir 10% de mestres até o final da vigência do plano;

Meta 14: Pós Graduação

Fomentar a elevação do número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir 10% até o final da vigência do PME.

Estratégia:

- 14.1 Buscar parceria com instituições públicas de Educação Superior, fomentando o ingresso em cursos de especialização e mestrado.

Meta 15: Profissionais da Educação

Assegurar no prazo de 1 (um) ano de vigência desse PME que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Estratégias:

- 15.1 Criar mecanismo de apoio aos professores e professoras em formação para que concluam os cursos em andamento;
- 15.2 Priorizar a atuação dos profissionais na sua área de formação.

Meta 16: Formação

Garantir até o final da vigência desse PME que 100% dos professores da educação básica possuam formação, em nível de pós-graduação e garantir a todos(as) os(as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Estratégias:

- 16.1 Buscar parceria com Universidades Públicas para o oferecimento de cursos de Pós-Graduação de forma que atendam professores de todas as áreas;
- 16.2 Buscar parceria com entidades públicas para oferecer gratuitamente cursos para capacitação de Gestores e Coordenadores Pedagógicos;
- 16.3 Oferecer cursos de formação continuada aos demais profissionais da educação, atendendo as demandas de cada área de atuação.

Meta 17: Valorização dos profissionais do magistério

80

Valorizar os(as) profissionais do magistério das redes públicas de educação básica, durante toda a vigência do PME, garantindo o cumprimento dos vencimentos, a organização e adequação da estrutura e o incentivo à qualificação profissional.

Estratégias:

- 17.1 Garantir a continuidade da equiparação do rendimento médio dos profissionais do magistério da rede pública de Educação Básica com escolaridade equivalente, durante a vigência do plano;
- 17.2 Possibilitar a estrutura física necessária para a realização da atividade docente (práticas de atividades físicas e esportivas e culturais);
- 17.3 Fornecer cursos de qualificação profissional direcionado à realidade do município, no que diz as demandas educacionais e as condições financeiras e de logística;
- 17.4 Garantir a continuidade da discussão e revisão do plano de cargos e salários com a participação do poder público e representação da categoria, regularmente a cada três anos ou sempre que houver necessidade, para que sejam feitos os ajustes necessários.

Meta 18: Plano de Carreira

Aprimorar o Plano de Carreira para os profissionais da educação básica a cada três anos, atendendo as especificidades da categoria.

Estratégias:

- 18.1 Manter o Plano de Carreira atualizado de acordo às leis federais vigentes, com a obrigatoriedade de participação da categoria;
- 18.2 Garantir à efetivação de ações dispostas no plano de carreira no que se refere à progressão e à liberação para qualificação;
- 18.3 Promover cursos de aperfeiçoamento direcionado às demandas educacionais e às condições financeiras e de logística do município.

Meta 19: Gestão Democrática

Assegurar condições, durante toda a vigência do plano, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de experiência, mérito e no âmbito educacional.

Estratégias:

- 19.1 Assegurar o cumprimento das regras definidas para a escolha dos gestores;
- 19.2 Fomentar a criação e manutenção de organização representativa estudantil;
- 19.3 Promover ações de fortalecimento dos conselhos escolares;
- 19.4 Manter e aperfeiçoar o sistema de acompanhamento da gestão fortalecendo as ações de gestão democrática.

Meta 20: Financiamento da Educação

Ampliar os investimentos em educação em no mínimo 2% a mais dos recursos destinados a educação até o 5º ano de vigência do plano, atingindo no mínimo 5% a mais até o final da vigência do plano.

Estratégias:

- 20.1 MDE – Manter no mínimo a aplicação de 25% anual exigido por Lei até o final do 4º ano e ampliar para no mínimo 27% anual a partir do 5º ano até o final da vigência do Plano;
- 20.2 FUNDEB – Garantir a aplicação mínima exigida por Lei na remuneração dos profissionais da educação básica;
- 20.3 CONTROLE SOCIAL - Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos

82

públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social, com a colaboração entre o Ministério da Educação, as Secretarias de Educação do Município e o Tribunal de Contas dos Municípios – BA;

- 20.4 Critérios para distribuição dos recursos adicionais - Definir critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão do sistema de ensino.

83

4. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

O Acompanhamento e a Avaliação do Plano Municipal de Educação serão realizados anualmente por uma comissão formada por 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Educação, 01 (um) representante dos Professores da Rede Municipal, 01 (um) representante da Rede Estadual, 01 Representante da Rede Privada e 01(um) representante dos Gestores.

5. COLABORADORES

1ª ETAPA – DIAGNÓSTICO

Alzerita Santos de Souza
Ana Paula da Cunha Oliveira
Charles Maycon de Almeida Mota
Claudemir Araújo Santos
Cristiane Oliveira Santos Leme
Cristiane Souza de Almeida Lima
Edinália Sousa Rios Oliveira
Edna Reis Oliveira Souza
Elizelma Gomes de Oliveira
Elizelma Santos da Silva Sousa
Emerson Fernando de Jesus
Emiliana Mendes de Almeida Carneiro
Jaciera da Silva Trindade
Jaqueline Ferreira Freitas
Katiane Ramos Mota Soares
Neuza Maria Bernabé de Almeida Freitas
Normeide Lopes de Oliveira Araújo
Paula Luciana Sampaio dos Santos Silva
Regina Célia Silva
Regineide Lima Silva
Sayonara Lima Almeida Abreu

2ª ETAPA – SEMINÁRIO DE ELABORAÇÃO DE METAS E ESTRATÉGIAS

Adailma Nobre de Castro Vieira
Ana Paula da Cunha Oliveira
Antonio Bispo Santana

85

Charles Maycon de Almeida Mota
Cíntia Rosa Alves Silva
Claudemir Araújo Santos
Cleivonete Souza Gomes Rios
Cristiane Souza de Almeida Lima
Cristiane Oliveira Santos Leme
Dájna Oliveira Souza Sampaio
Edicleide Souza Gomes Cunha
Edinaide Soares Alves Suzart
Edinaldo Gonçalves Cruz
Edinália Sousa Rios Oliveira
Edna Reis Oliveira Souza
Eliel dos Santos Gomes
Elizelma Gomes de Oliveira
Elizelma Santos da Silva Sousa
Emiliana Mendes de Almeida Carneiro
Gláucia Pereira da Silva
Grazianne Santos Suzart Abreu
Ismael Pinheiro da Silva
Jaciara da Silva Trindade
João de Jesus Paixão
José Carlos Brasileiro Sena
Karine Santos Silva
Katiane Ramos Mota Soares
Luana Lima Mendes Oliveira
Luzia Santos Reis Barros
Luzimar Rodrigues Barreiros Rocha
Manoel Leônidas Oliveira Rios
Manoela Santiago da Silva Fernandes
Marcelo Nunes Araújo
Maria Célia Souza Almeida

86

Maria José Cordeiro Araújo Maia
Maria Rita Nunes de Oliveira Ferreira
Nailde de Souza Lima
Neuza Maria Bernabé de Almeida Freitas
Normeide Lopes de Oliveira Araújo
Paula Luciana Sampaio dos Santos
Perla Costa Sampaio Leal
Regina Célia Silva
Sandro Hadyme Sampaio Costa
Sayonara Lima Almeida Abreu
Tatiane Barreiros Santos
Tiago Ferreira dos Santos
Ubaldina Sousa Lima

REFERÊNCIAS

1 FONTES

1.1 Iconográficas:

Arquivo da SME

1.2 Documentais:

Arquivos Públicos do Município:

Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2014 (Em R\$). Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios, 2015.

Despesas com educação do município de Várzea do Poço por categoria e elemento de despesa (2012/2014). Fonte: Secretaria Municipal da Educação, Secretaria da Administração, Prefeitura Municipal, 2015.

Estabelecimento de saúde por tipo e localização. Fonte da Secretaria Municipal de Saúde – 2014.

Funções docentes por Etapas e Modalidades da Educação Básica – Rede Municipal. Secretaria Municipal da Educação de Várzea do Poço – BA, 2015.

Número de Escolas por Etapa de Ensino - Rede Estadual. Secretaria Municipal da Educação de Várzea do Poço – BA, 2015.

Número de professores e coordenadores das Redes Municipal, Estadual e Particular em 2013. Secretaria Municipal da Educação de Várzea do Poço – BA, 2015.

Outras receitas com o setor educacional do município de Várzea do Poço, administradas pela prefeitura (2012/2014). Fonte: Secretaria Municipal da Educação / Secretaria da Administração/ Prefeitura Municipal, 2015.

Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Lei nº 11.445/2007, Várzea do Poço: Câmara de Vereadores, 2013. 103p.

Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013. Secretaria Municipal da Educação de Várzea do Poço – BA, 2015.

Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013. Secretaria Municipal da Educação de Várzea do Poço – BA, 2015.

Receita e aplicação dos recursos recebidos do FUNDEB no Município X em (2012/2014). Fonte: Secretaria de Administração do município, 2015.

Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Várzea do Poço, por nível ou modalidade de ensino (2012/2014). Fonte: Prefeitura Municipal.

Recursos da Educação no PPA (2010/2013). Prefeitura Municipal, 2015.

2. BIBLIOGRAFIA

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação (PNE 2014/2024):** Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011. 106 p. – (Série ação parlamentar: n. 436).

3. SITES

Censo Demográfico. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>> Acesso em 02 de mai. de 2015.

Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?codmun=292740&idtema=118&search=bahia%7Csalvador%7C%3%8Dndice-de-desarrollo-humano-municipal-idhm-&lang>> Acesso em: 21 de abr. de 2015.

Desenvolvimento Humano de Várzea do Poço, períodos 1991, 2000, 2010. <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/v%C3%A1rzea%20do%20po%C3%A7o_ba> Acesso em: 20 de mar. de 2015.

Estabelecimento de saúde por tipo e localização. Fonte da Secretaria Municipal de Saúde – 2014.

Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Várzea do Poço, por dependência administrativa e localização, 2010-2013. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/>> Acesso em 04 de mai. de 2015.

Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) no Ensino Fundamental 2005/2013. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=12902446>. Acesso em: 29 de abr. de 2015.

Índice de Desenvolvimento da Infância. Disponível em: <https://secure.unicef.org.br/Default.aspx?origem=googleadolescente&gclid=C17Au_OB0cUCFQwXHwod-0gArg> Acesso em 3 de abr. de 2015.

89

Índice de Desenvolvimento Humano. Disponível em: <http://www.pnud.org.br>. Acesso em: 20 de abr. de 2015.

Informação sobre o Município de Várzea do Poço: População/Faixa etária. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home>. Acesso em 26 de abr. de 2015.

Lei nº 11. 114, de 16 de maio de 2005. Ensino Fundamental de nove anos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11114.htm Acesso em: 20 de abr. de 2015.

Matrícula do Ensino Fundamental do Município de Várzea do Poço, por idade e série. Rede municipal, 2013. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula> Acesso em: 30 de abr. de 2015.

População total por Gênero Rural/Urbana e taxa de urbanização – Várzea do Poço. Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013> Acesso em 04 de mai. de 2015.

Proficiência de Língua Portuguesa e Matemática. Disponível em: <http://sistemasprovabrazil2.inep.gov.br/resultados>. Acesso em 27 de abr. de 2015.

Taxas de Rendimento do Ensino Médio - Rede Estadual. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/ide/2008,2009,2010/gerarTabelaphp>. Acesso em: 16 jan. 2014.